

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2022

Ata n.º 08

Aos Dezoito dias do mês de Maio do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de seis de Maio, aditamento de treze de maio e segundo aditamento de dezasseis de maio, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeira Secretária: Cláudia Sofia Pais Raimundo; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila Nova;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Tomada de Posse do Conselho Municipal de Segurança de Albufeira;-----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta do Vice-Presidente, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à nova repartição de encargos do Concurso Público para "execução da empreitada de limpeza e desobstrução das linhas de água do concelho de Albufeira";-

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta do Vice-Presidente, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "execução da empreitada de reparação de roturas em condutas e ramais da rede de abastecimento de água do concelho de Albufeira-2022-2023", com o preço base de 290.000,00€ + IVA; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à nova repartição de encargos do Concurso Público para "prestação de serviços de recolha, transporte de resíduos urbanos e limpeza urbana, no Município de Albufeira-Repartição de Encargos";-----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista nas alíneas o) e ccc) do n.1 do art.º 33º e da alínea j) do n.º1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente à proposta relacionada com os apoios logísticos pontuais às freguesias do Concelho; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de quota suplementar para o ano de 2022 - AMPV- Associação dos Municípios Portugueses do Vinho; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação da Moção apresentada pelo CHEGA, "Pelo Hospital Central do Algarve"; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação da constituição de uma comissão eventual de acompanhamento da revisão do PDM de Albufeira -----



PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, Carlos Emanuel Rafael Vieira, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luís Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Cláudia Sofia Pais Raimundo, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento e a Secretária da Junta de freguesia de Paderne - Ana Ramos.-----

Faltas: Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Substituições: Face ao pedido de substituição apresentado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, foi verificada a legitimidade e identidade do elemento imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, a Secretária Ana Ramos. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Carlos Manuel Conceição Oliveira, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha, António Abel Zua Coelho. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Maria Emília Curado: “Boa noite, sou natural da freguesia da Guia e quero começar por um episódio há dezanove anos tive reunião com o senhor Presidente Dr.º Rolo, na altura era vereador da educação, que mencionou uma coisa que ficou sempre presente na minha cabeça. Até neste momento quando o encontro penso sempre nas palavras que ele me disse e foi o seguinte, “fizeste bem vir aqui porque quando a pessoa não reclama o presidente ou o vereador não sabe”. Então venho aqui pedir para a minha população o seguinte, a rotunda da padaria, que há muito que está pedido e gostava de saber em que posição está, porque naquela rotunda há muitas mães a queixarem-se que quando vão ao ATL buscar as crianças que custam a sair daquele sítio da estrada da padaria para Albufeira ou para outra direção porque não conseguem ver o trânsito que vem de Albufeira e de vez em quando há ali acidentes. De verão temos o trânsito que vem da

praia da Galé, de Vale Parra e às vezes chega até à Ilha da Madeira a fila de trânsito que entope ali por causa do cruzamento. Queria pedir também, uma segunda rotunda, em frente ao mercado municipal, mesmo há pouco tempo houve ali um acidente com um idoso, porque o excesso de velocidade que as pessoas tomam é muito e quando estamos a sair da praça ou os pais a saírem da escola é um bocado perigoso. Outra situação que me deixa já há dois anos muito triste e que todos os dias vejo, porque trabalho ali ao pé, vejo sempre que as empregadas daquela creche são heroínas, porque trabalham em contentores, muitas vezes com dezanove crianças dentro de um contentor, o barulho das crianças no chão do contentor, nas paredes do contentor é infernal e as crianças, todos os dias eu as vejo a brincar num corredor que dá para os contentores, sem condições. As crianças não têm um escorrega, não têm condições para estar naquela creche. Só queria saber quando é que estão iniciadas essas obras? Outra coisa que há quatro anos está por fazer, é o passeio pedonal da Guia até ao Algarve Shopping. Já morreu lá uma amiga minha, quase em frente à minha porta, porque foi atropelada quando ia trabalhar. E todos os dias vejo pessoas, crianças, ou que trabalham na Maxmat ou na Makro a passar por ali, tanto de bicicleta a pedal, como com aquelas motoretas elétricas e às vezes até me arrepio do trânsito a passar ali com uma velocidade e as pessoas na berma da estrada. Fui ao jardim dos sentidos, que é muito bonito, adoro aquele jardim e quero agradecer à Câmara por o ter feito, só que não tem luz na casa de banho, não tem os repuxos a funcionar e gostava de saber porquê, e vejo o funcionário a regar as flores à mão, penso que seja porque não tem eletricidade. Outra coisa que faz muita falta e já passei por isso, é o Giro chegar à Guia, porque chega ao Vale de Santa Maria e volta para trás. É uma das coisas que venho pedir. Depois, temos a segunda fase do polidesportivo, que as obras estão paradas, gostava de saber o porquê. Outra coisa que me deixa aborrecida é quando a televisão vai ao Zoomarine e às vezes está a entrevistar o Presidente ou um vereador e dizem sempre que o Zoomarine é em Albufeira, nunca dizem que é na Guia. A última vez que a TVI esteve lá eu tive para perguntar aos meninos da TVI para perguntar onde estavam, se estavam em Albufeira ou se estavam na Guia. Eu sou muito bairrista e gosto muito que falem da minha terra, porque fico muito triste quando na televisão estão sempre a dizer que o Zoomarine fica em Albufeira. E já tem acontecido, por acaso o meu marido trabalhou no turismo, os estrangeiros muitas vezes andam à procura do Zoomarine aqui em Albufeira. É isto, são muitas coisinhas mas poucas, isto bem feitinho não é assim muita coisa. Queria desejar ao senhor Presidente,

não pense que é um ataque pessoal, antes pelo contrário, que gosto muito dele, é uma pessoa honesta e para mim é um homem cinco estrelas, muito obrigada por me ter aceite aqui na sua Assembleia e também obrigada ao Presidente da Assembleia Municipal.”-----

Luis Pereira: “Boa noite, eu estava à espera que as moções fossem primeiro e depois o público, porque a deputada Luna Silva iria apresentar a moção do Hospital Central do Algarve, entretanto eu venho pedir, em relação a uma vigília que é uma intervenção que vai ser feita pelo partido CHEGA mas que convida todos os outros partidos e movimentos apartidários a estarem presentes no dia vinte e sete de maio, em frente ao hospital de Faro das vinte e uma à meia-noite, em solidariedade pela falta de meios que temos neste momento, em todo o Algarve, não temos uma única urgência pediátrica para os nossos filhos e isso é uma questão algarvia, não é uma questão partidária. É nesse sentido que aqui me encontro, para apelar a todos os presentes que possam estar presentes na vigília, levem um amigo, levem alguém de família e contamos com todos, porque efetivamente o Hospital Central do Algarve faz falta a todos nós.”-----

Presidente da Assembleia: “Normalmente as moções são votadas, o que o senhor Luis Pereira acabou de fazer foi dar uma informação a todos nós e apelar à participação em determinado evento.”-----

Fernando Osório: “Boa noite, há uns tempo estive a fazer uma intervenção e na altura questioneei o Dr.º Rolo, na qualidade de Presidente da Câmara de Albufeira relativamente à situação do GIRO. Esta senhora já perguntou relativamente à situação da Guia e eu volto a perguntar novamente, eu não tenho transporte pessoal, portanto eu sou obrigado a andar no GIRO e uma das coisas que reparo é que as pessoas queixam-se porquê que ainda não há GIRO nem para a Guia nem para Olhos de Água, que é uma coisa que me faz impressão. Ou seja, eu sou do Entroncamento e na minha terra, o autocarro abrange todo o concelho do Entroncamento, vai a todas as freguesias do entroncamento e eu morando em Albufeira há dezoito anos faz-me impressão como esta terra não tem um GIRO para abranger todas as freguesias de Albufeira. Não consigo perceber se não há vontade política ou outra coisa qualquer mais estranha para que o GIRO que é uma promessa que já está há muito tempo, há dezoito anos que oiço essa promessa e essa começa contínua a não ser cumprida. Não consigo perceber qual é a justificação, não é um ataque pessoal ao Dr.º Rolo nem aos outros presidentes, a situação mantém-se, é sempre promessa eleitoral que este ano é que vai haver e a população de Albufeira continua sem ter GIRO nem para a Guia nem para Olhos de Água. Obviamente que quem



trabalha no Shopping tinha muito interesse que houvesse um GIRO para servir o Shopping da Guia para as pessoas poderem movimentar e não ser perigoso andar muitas vezes a pé, na berma da estrada sujeitas a ter um acidente. Mesmo para Olhos de Água, era ótimo para o comércio local que houvesse um GIRO para as pessoas poderem pagar e não terem de estar a despender dinheiro a ir de táxi porque nem toda a gente é rico para ir de táxi nem para a Guia nem para Olhos de Água. Volto a perguntar novamente ao Dr.º Rolo porquê que está a empurrar essa situação, uma vez que foi promessa eleitoral e até ao momento não é falado, ninguém sabe da situação, ninguém sabe o que se passa, se é mais uma situação que foi posta na gaveta e nós os munícipes gostaríamos de saber o que se passa e porquê que não está resolvida essa situação. Ou se temos de esperar mais quatro anos, que haja GIRO para a Guia e Olhos de Água, que não faz sentido nenhum, para as Ferreiras há, mas isto tudo pertence a Albufeira e toda a gente tem direito a ter o GIRO, nem toda a gente tem transporte privado nem dinheiro para despender em táxis. Quero saber se há outra coisa mais estranha que me ultrapassa e que impede que haja esse GIRO e gostaria que o senhor Presidente explicasse quais são os motivos dos entraves que estão a ser postos relativamente ao GIRO para essas freguesias. Outra situação, relativamente à Oura, como toda a gente sabe continua péssima, acho que uma das promessas do senhor Presidente é que ia haver alguma alteração, mas a situação na Oura continua horrível. Quem vai ali com crianças, nada contra os estrangeiros que nos vêm visitar, mas de facto a situação é péssima, vou com a minha filha passear ali e a partir de certa hora não posso ir mais porque aquilo é uma pouca-vergonha. Vai ser feita alguma coisa? A Oura é para os estrangeiros mas também é para os residentes de Albufeira. Quero saber se o senhor Presidente tem alguma ideia para resolver esta situação, porque não pode ser aquelas figurinhas que a gente vê ali. Para terminar, relativamente a Albufeira, acho que falta qualquer coisa para as famílias se reunirem, não há um sítio em Albufeira para uma família que tenha amigos se queiram reunir. Onde as pessoas se reúnem? No Algarve Shopping, porque não há um espaço aqui em Albufeira, como há em Loulé, como há em Faro, como há na minha terra, no Entroncamento, onde as famílias se juntam ao fim de semana para conviver, em Albufeira não há. Dá-me impressão que Albufeira é só virada para os estrangeiros e não para os residentes, que moram cá e pagam impostos. Pergunto ao Presidente, porquê que não criar um sítio em Albufeira onde as famílias se possam reunir, as pessoas que moram em Albufeira e pagam os seus impostos e têm cá os seus filhos e não há, as pessoas

encontram-se no Shopping da Guia, o que eu acho assombroso. É uma ideia para o Presidente tentar ver se arranja uma solução, porque nós moramos aqui em Albufeira, pagamos os nossos impostos e também gostávamos de ter conforto, não só para os estrangeiros.”-----

Luis Jorge: “Boa noite, relativamente às obras de saneamento da Praia do Inatel, não sei em que estado está, se já estão concluídas ou não. Mas no caso de já estarem, o problema persiste, ou pelo menos tem havido várias queixas a esse nível e queria saber se já estão concluídas ou não. Se estão concluídas tem de ser feito alguma coisa porque aparentemente o problema não ficou resolvido.”-----

Segundo Secretário lê email enviado pelo munícipe Carlos Coelho. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) -----

Presidente da Câmara: “Boa noite a todos, fazendo referência do que aquela senhora lembrou o que eu disse há uns anos, continuo a dizer que é verdade, há coisas que nós não conseguimos ver dentro dos gabinetes, e se não for as pessoas a chamar a atenção será difícil porque não passamos pelos sítios todos os dias. Daí que uma forma geral, agradeço todas as sugestões ou opiniões que cada um pôde expor e saúdo todos os que estão em casa a acompanhar esta sessão através do Youtube. A D. Emília falou na rotunda da padaria, já tem o projeto elaborado, é só uma questão de talvez até ao fim do ano fazer-se essa mesma rotunda, é extremamente fácil de se fazer. O mesmo já não acontecerá com a outra a seguir, porque em termos viários a proximidade entre uma e outra, aquela que faz cruzamento da escola com o mercado, compreendo que seja algo difícil mas vamos tentar estudar alguma situação, por exemplo de trânsito com sentidos diversos, mas fica a sua sugestão. Relativamente à questão da creche da Guia, como sabe aquela creche é gerida pela Santa Casa da Misericórdia, já há muitos anos, aquelas alterações tardaram mais que aquilo que devia acontecer, foram alugados aqueles contentores, foi pedido autorização para que a proprietária do terreno onde eles estão instalados cedesse o terreno e penso que isso está já a avançar dentro dos próximos dias, esperando que até ao princípio do ano letivo ficasse resolvido, era ótimo, vamos esperar que isso venha a acontecer. Relativamente à questão do passeio pedonal que liga a Guia ao Shopping, é uma verdade, até na zona antes de chegar à passagem superior para o Shopping existe uma paragem de autocarro que é extremamente perigosa a travessia para o outro lado. A Infraestruturas de Portugal já foram avisadas várias vezes, já há alguns anos, já morreram lá várias pessoas atropeladas, não só no trajeto

que falou. Aquilo é da responsabilidade da IP, portanto é a IP que deverá resolver a situação, posso dizer que ainda há dias pedi por escrito, um ofício, só para comparar, pedi se a Câmara podia colocar uma daquelas almofadas que se usa para acalmia de tráfego numa zona em Paderne, no Purgatório e a IP enviou resposta escrita dizendo que não era da responsabilidade dessa mesma entidade, que não autorizava. Se não fizerem podemos estabelecer um protocolo em que a Câmara colabora em conjunto com a IP nesse tipo de situações e acho que era imprescindível, quer uma situação, quer outra, se pudessem resolver. A questão do Jardim dos Sentidos, o facto das casas de banho estarem nessa situação, vou mandar verificar, já registei aqui, porque desconhecia essa situação. Relativamente ao GIRO, isto serve também para responder ao outro senhor que falou a seguir, já foi aberto concurso, provavelmente há dois anos, não são apenas promessas eleitorais, no primeiro concurso não houve concorrentes, isto para as pessoas perceberem muito bem, os tempos que estas coisas demoram, não depende da nossa vontade, mas depende de muitas outras coisas que as pessoas têm toda a legitimidade em desconhecer. Não havendo concorrentes, porque entenderam com o valor base que estava no concurso não era rentável e isso é legítimo que as empresas façam contas e vejam que não é rentável aquelas carreiras com aquele valor. Foi revisto o caderno de encargos, foi novamente enviado ao IMT, porque o IMT tem que tecer comentários, tem que dar pareceres sobre qualquer concurso que se faça neste âmbito, houve mais alguma demora, abriu-se quando veio o parecer favorável, quando se chegou a uma conclusão entre as duas entidades, porque os pareceres favoráveis demoram algum tempo a ser analisado, depois a ser elaborado o relatório, é enviado para a Câmara, outras vezes é enviado não com o parecer definitivo, mas com propostas de alteração e então há aqui um diálogo, digamos assim, entre a Câmara e estas entidades. Posteriormente abriu-se novo concurso, esse concurso já teve dois concorrentes em que foi adjudicado a um deles. Evidentemente que depois decorre um tempo de entrega de documentação desse concorrente para a elaboração do contrato, o contrato foi assinado e posteriormente tem de ser enviado para o Tribunal de Contas, que é onde está neste momento. Com isto vão quase dois anos ou talvez mais, não tenho aqui datas precisas da abertura do primeiro concurso. Qualquer contrato que obrigue a ter o visto do tribunal de Contas obriga-se a dar parecer em trinta dias uteis, mas os trinta dias muitas vezes transformam-se em noventa ou cento e vinte, porque o Tribunal de Contas recebe um contrato para dar o visto, a partir do dia que recebe o contrato de promessa os dias começam a contar e são

trinta dias úteis. Conta três dias úteis, encontra lá umas dúvidas sobre o contrato e fazem uma comunicação escrita para a Câmara para esclarecer aqueles pontos, entretanto o tempo em que o Tribunal de Contas envia até que chegue à Câmara para, não conta, só torna a contar quando a Câmara responder ao Tribunal de Contas. O Tribunal de contas, às vezes para ganhar tempo manda novas perguntas, o tempo para outra vez, evidentemente que os trinta dias esgotam-se, só que não são tão fáceis de se esgotar, portanto, há respostas que têm de ser feitas, elaboradas e estudadas às questões que eles colocam, depois têm de ser enviadas para o Tribunal de Contas e agora estamos nesta fase. Deduzo que dentro de um mês, se calhar estou a ser otimista demais, mas também não quero ser pessimista para dizer que é só para daqui a um ano, era impossível, portanto, daqui a um mês esperemos ter o visto do Tribunal de Contas e a empresa começar a trabalhar no sentido de colocar a operação no terreno. Evidentemente que uma operação destas no terreno não é no dia imediato, porque é preciso adquirir autocarros, é preciso adquirir novas paragens porque a zona da Guia e a zona nascente, todas estas partes tem de ser paragens novas, abrigos novos, tudo novo. Portanto, um concurso deste tipo não efeitos imediatos no terreno, tem de demorar algum tempo até que a empresa consiga fazer isso, mas também não tem tempo ilimitado. A segunda fase do polidesportivo está em andamento, relativamente à questão do Zoomarine quando se diz que é em Albufeira, quer dizer que é o concelho de Albufeira, evidentemente, mas também podemos dizer na freguesia da Guia, no concelho de Albufeira, até porque agora o Zoomarine já não pertence só ao concelho de Albufeira, já tem uma pequena parte no concelho de Silves, do outro lado do ribeiro. A questão da Oura, o projeto está praticamente terminado, em termos de remodelação, se fosse apenas da parte exterior até poderia eventualmente já estar feito, mas aquilo obriga a fazer a substituição de infraestruturas enterradas, o que demorará mais tempo e será muito mais difícil. Vamos tentar que no próximo inverno já se comece um setor. Uma coisa é certa, não é apenas com lavar a cara que se resolve o problema da Oura, o problema da Oura tem de ser resolvido sobre os mais diversos aspetos, sobre questões de segurança, sobre o ponto de vista segurança humana, GNR tem de ser reforçada, principalmente em alturas que mais obriga a isso, tenho uma reunião há cerca de um mês, ainda estava hospitalizado quando pedi que marcassem uma reunião com o senhor Secretário de Estado, ainda está por marcar, ainda não recebi a marcação, porque há dois aspetos importantes, o quartel da GNR dos Olhos de Água e é o reforço de verão,

da segurança humana na parte da Guarda Nacional Republicana. Para além de todas as entidades públicas que deverão estar atentas à situação, a Câmara Municipal não pode perder de vista a responsabilidade que tem, mas é preciso que se note que os empresários também têm muita responsabilidade, não só os empresários dos bares mas também os empresários da parte da hotelaria em que se nós passamos a ser destino de despedidas de solteiro, isso é bom ou mau? É discutível, se tudo correr bem é bom, o problema é que nem sempre corre bem e não corre bem só aqui, também não corre bem em muitos sítios. A Oura é preciso ver que ficou com estigma perante os órgãos de comunicação social. Os órgãos de comunicação social qualquer coisa que aconteça em Albufeira, na rua da Oura lá estão as televisões, isso começou com o euro dois mil e quatro, foi quando começou o estigma da rua da Oura. A rua da Oura parece que é Albufeira toda mas Albufeira não é só isso, Albufeira tem muitos hotéis cinco estrelas, tem hotéis de alta qualidade que não haverá outros no Algarve, o caso do Sheraton. A Oura não está esquecida, é uma obra extremamente difícil de fazer, mas não está esquecido. A questão das famílias reunirem-se, Albufeira tem os parques verdes que tem, não são muitos, podia ter mais, esperemos que venha a ter mais, há um parque que já poderia eventualmente estar feito que é um terreno que pertence ao Estado, que ficou de por uma de um empresário, um terreno entre a bomba da BP e a rotunda do estádio, todo aquele vale pode vir a ser um parque verde. Já foi dito à Direção Geral do Tesouro, penso que é onde ele está sediado, que a Câmara numa determinada altura estava interessada em compra-lo, falei diretamente com o diretor geral, que seria para esse efeito, mais um parque. No entanto existem mais dois ou três parques, não são muitos, precisamos de mais e havemos com certeza de fazer mais e criar melhores condições para fazer esse tipo de locais de encontro. O senhor Luis sobre as obras no Inatel, por aquilo que sei está terminado, o que houver lá de novo a engenheira Ana Paula certamente registou o que se passou, está ali, é a chefe de Divisão da área de saneamento e água, podem depois conversar e registar o que se passa lá, porque provavelmente pode ser do desconhecimento deles ou isso pode ter ficado resolvido."--

Maria Emília Curado: "No que respeita aquela estrada, do passeio pedonal para o Shopping, o Dr.º Rolo falou das junta autónoma das estradas, é difícil contatar com eles ou eles não autorizam? Porque eu costumo participar nos projetos participativos e fui falar sobre isso e disseram-me que isso já estava na Câmara em projeto, para eu esquecer que já estavam a pensar nisso. Até levei um desenho feito, onde a estrada

podia passar, passava pelo ribeiro, pela Quinta dos Álamos e já há muitas pessoas que querem ceder terrenos para se fazer isso. Não tem nada a ver com a N125, vai ficar fora da 125. A Quinta dos Álamos não se importa de dar, o outro proprietário atrás não se importa, temos o ribeiro que pode ser tapado para ser passar. Outra coisa que fiquei indignada, temos uma rotunda aqui e outra ali, o Dr.º estava a dizer que ficava muito próxima uma da outra, ali ao pé do centro de saúde temos uma próxima da outra também, temos a pequenina do centro de saúde e depois temos a outra logo a seguir. Nas Fontainhas também temos muitas a seguir umas das outras, não é por aí. Só estou a dizer que sinto, porque trabalho ali ao pé da praça, num escritório de contabilidade e estou sempre a ouvir os carros a travarem, há pouco tempo um carro ficou destruído porque a senhora vinha com tanta velocidade e aquilo faz ali uma curva na praça que quando a pessoa está para se meter à estrada não tem tempo porque os carros vêm com muita velocidade. Ou metem um semáforo para parar o trânsito ou então a rotunda. Para mim a rotunda era muito mais eficaz, o trânsito circula muito mais rápido, porque há muito trânsito às oito horas. Fiquei foi intrigada com o passeio, eu gostava muito de ver aquele passeio ali porque toda a gente sabe, este fim-de-semana morreu mãe e filha atropeladas em Loulé também na N125."-----

Presidente da Câmara: "Falei de haver duas rotundas muito próximas uma da outra, não sou nenhum técnico da parte de mobilidade, vou pedir aos nossos serviços de rede viária que vejam essa possibilidade de se fazer uma rotunda ou uma "bolacha", é possível, em termos de espaço, há sítios onde não é possível fazer porque não há espaço, mas ali é, era só uma questão de proximidade, mas tudo se faz. Por exemplo, a IP também não permitiu há uns anos que o Zoomarine custeasse a rotunda, a que estava frente o Zoomarine com o restaurante e com o posto de inspeções de automóveis e não autorizou precisamente por isto que eu disse, embora eles é que são técnicos, por estar muito próximo da outra que está do outro lado, porque é uma estrada nacional. Mas fica a sugestão. Obrigado."-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Leonardo Paço: "A primeira questão que queria colocar tinha a ver com o enorme alarido que está a haver no nosso concelho acerca da situação da água da Ponta Grande. Gostava

de saber se já há alguma resolução para esse problema pois quem acompanha as redes sociais e também aí fora, todos os dias se vai falando sobre coisas e coisinhas e há algumas coisas que põem em cheque o executivo e acho que a todos nós. Se aquilo que se diz for matéria criminal então que se ponha as instituições de direito a fazerem o que têm de fazer, pois está aí um alarido. Outra questão que tem a ver com um projeto de licença de obras da Nozul Algarve, S.A., que julgo ser o Hotel novo, o W. A Nozul no dia sete do quatro de vinte e dois pôs uma alteração da licença da urbanização do caminho pedonal de acesso à praia. No mesmo mês, passado doze dias, no dia dezanove de abril deste ano foi a reunião de Câmara e aprovado. Muitos e muitos projetos neste concelho levam meses, alguns até anos, já tivemos algumas pessoas a virem falar e a dizer que até o prazo que têm para reinvestir o dinheiro das mais-valias de imóveis vendidos são ultrapassados porque o tempo que os projetos aqui nesta Câmara demoram a ser autorizados, acho estranho quando esta empresa consegue que em doze dias todos os pareceres reunidos estejam feitos para que fosse a reunião de Câmara e aprovado, espero que passe a ser uma norma desta Câmara, aprovar os projetos com esta celeridade." -----

Carla Madeira: " Boa noite, quero agradecer à Assembleia por ter disponibilizado o palanque, já dizia o meu avô "quem não chora não mama" e realmente cumpre-se o ditado. Vinha falar sobre três situações, antes de mais quero dar os meus parabéns, a Câmara em novembro e janeiro em parceria com a CEARTE, uma escola de formação de artes e ofícios, fez em Albufeira uma formação de tecelagem, da qual eu tive o privilégio de frequentar. Quero parabenizar a Câmara, o executivo e o departamento responsável pela organização, na pessoa da D. Anabela Guerreiro, pela formação que foi dada aos munícipes e não só, porque este é um à parte, os horários não eram muito convenientes, porque são horários das nove às três da tarde, e houve muita gente que queria e não conseguiu frequentar e grande parte dos formandos que lá estavam eram pessoas vindas de outros concelhos e não daqui de Albufeira, daqui era eu e outra pessoa, o que me dá pena, porque o mais óbvio seria que os nossos munícipes pudessem frequentar aquele curso. Deixar a nota, sobre os horários e os requisitos das formações e dizer que é de enaltecer estas iniciativas e que realmente a Câmara deveria continuar a fazer estas formações, até porque é sempre de louvar passarmos o saber e estas artes que estão a desaparecer. Segundo ponto, mais uma vez parabenizar a Câmara em resolver a situação daquela curva no Zip Zip, pessoalmente a mim, que passo lá todos os dias, aumentou a

qualidade de vida excepcionalmente, uma vez que de manhã era um grande problema passar lá, no entanto, há aqui um reparo a fazer, porque acho que é importante ver-se aquelas terras que estão ali à volta e que estavam por trás da casa que agora foi retirado e ficou com um muro de um metro e pouco de altura, eu suponho que aquilo de inverno vá originar a que as enxurradas de água que já acontecem e vão parar à estrada, que entre lama para a casa das pessoas ali. Eu sugeria, por exemplo, que se utilizasse aquelas pedras das hortas, que são limpas ali no caminho do Jogo Ruivo, por exemplo, é um sitio que estão a limpar terrenos e há muitas daquelas pedras que são características daquela zona, para poder fazer um muro ali naquela parte de forma a que aquilo, quando chover não vir parar à estrada. Até porque aquela zona é sem dúvida a entrada de Paderne, o autocarro quando vem de Messines para ali, quando vem de Albufeira para Messines para ali, era importante que de alguma forma, um jardim que ali se colocasse, ficava mais interessante. Última questão tem a ver com a Avenida Sá Carneiro, não vou voltar a bater no ceguinho, em relação a este assunto das bebidas e drogas, etc, e das violências, ia só tentar perceber, em maio de dois mil e dezanove foi apresentado um projeto de requalificação para a avenida, na Biblioteca Lídia Jorge, que nós achávamos que era uma projeto bastante interessante e que poderia de alguma forma vir a resolver, não digo na totalidade, mas em parte o problema daquela avenida. Quem é daqui sabe perfeitamente que aquela avenida tem uma extensão mais ou menos de dois quilómetros entre o Hotel Jupiter e a praia, quando era totalmente aberta, sem obstáculos da Avenida dos Descobrimientos os turistas e as pessoas diluíam-se por aquela avenida acima e não havia a concentração que existe hoje, naqueles bares. Acho que parte do problema vem exatamente porque são poucos metros quadrados para muita gente acumulada ali. Se realmente estas obras de requalificação, que segundo aquilo que eu vi, seria para levar um túnel ou uma passagem subterrânea, fosse o que fosse, mas que viabilizasse a passagem das pessoas para que houvesse a diluição das pessoas e bares, porque antes havia bares lá em cima e deixou de haver, concentraram-se todos cá em baixo. Isto aliado à videovigilância facilitava a vida a todos, não só às forças policiais, como de facto iria fazer com que não houvesse tanta aglomeração, tanta confusão, tanto excesso naquela zona. Eu sei que isto era um investimento e era um projeto que rondava os seis milhões de euros, sei que na altura o Presidente falou, que tendo em conta as condicionantes da contabilidade pública as obras talvez fossem começar até outubro de dois mil e vinte e até hoje., só queria deixar uma nota, penso que é importante que volte



a olhar para este projeto como uma parte da solução para aquela avenida deixar de ser tão complicada, porque se não o era antes e era aberta de alto a baixo, acho que é bom que se olhe para aquilo que era antes e que se veja o exemplo que era.”-----

Mónica Félix: “Boa noite a todos, como referi na última Assembleia, devemos também louvar as boas iniciativas do executivo e das Juntas de Freguesia, assim sendo, hoje queremos dar os parabéns ao executivo e a todos os funcionários que estiveram envolvidos na realização do evento OPTO, por terem conseguido voltar a organizar o evento na nossa cidade, que a nosso ver é uma excelente iniciativa e uma mais-valia para apoiar os nossos jovens estudantes e decidirem o seu futuro académico e profissional. Quer ainda referir que, chegou ao nosso conhecimento que os pinheiros envolventes na urbanização Surfal, nos Olhos de Água, estão grandes e em risco de as pernas entrarem pelos terraços e varandas dos apartamentos. Questionamos de quem é a responsabilidade pelo corte e limpeza dos pinheiros e com que frequência efetuam esse serviço? Tivemos ainda conhecimento, que os alunos do nosso concelho, com mobilidade reduzida, nomeadamente alunos em cadeira de rodas não têm ido ao parque lúdico participar do projeto SER, por falta de transporte adequado, pergunto se a Câmara Municipal tem ou não uma carrinha com capacidade para transportar esses alunos e se não tem o que estão a pensar fazer para resolver esta situação?” -----

Luna Silva: “Saúdo e cumprimento todos os presentes e os que nos estão a ver em casa, começo por congratular o Clube de Patinagem de Albufeira pela primeira conquista no campeonato do Solo Dance de dois mil e vinte e dois. Ao ciclista algarvio, Luis Costa por ter conquistado a medalha de bronze no contra relógio da taça do mundo de paraciclismo na Alemanha. A toda a equipa de futebol do Clube de Ferreiras, da primeira divisão distrital de futebol séniores, desde jogadores, treinadores, órgãos administrativos e equipa técnica pelo título de campeão e o regresso ao campeonato de Portugal na época dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três. À equipa feminina de Imortal basquete que se consagrou campeã nacional da primeira divisão e subiu assim à liga principal. Felicito assim os atletas, treinadores, direções de clubes, sócios, adeptos e patrocinadores. Senhor Presidente, hoje venho falar de uma situação, que na passada Assembleia Municipal foi apresentada e exposta por um munícipe, falo do aldeamento turístico Ponta Grande Resort, de forma cuidada, ponderada e resumida irei ler a minha intervenção acompanhada de prova documental, ainda na matéria que é da competência e da responsabilidade do órgão executivo da Câmara Municipal, deixando as outras

questões às entidades competentes, como os órgãos de policia criminal, autoridade judiciária e tribunais judiciais. O aldeamento Ponta Grande localizado na zona das Sesmarias, Albufeira, foi construído nos finais dos anos noventa, inicialmente, nos primeiros oito anos a água deste aldeamento era abastecida por um furo, mais tarde optou-se pela ligação à rede, o título constitutivo do aldeamento, no seu artigo seis dita que são infraestruturas urbanísticas as redes de abastecimento e tratamento de água, esgotos domésticos e fluviais, eletricidade e comunicações e que estas foram definitivamente recebidas pela Câmara Municipal a onze de agosto do ano de dois mil, dito por outras palavras, é da responsabilidade da Câmara Municipal de Albufeira o abastecimento e manutenção da rede de águas públicas no aldeamento. O aldeamento turístico Ponta Grande tem no local um contador conjugado, ora, o contador conjugado é constituído por dois contadores, um contador grande e um contador pequeno e uma válvula de comutação que pela passagem do fluxo de água pelos dois contadores consoante o caudal, nestes casos a leitura do consumo é feita através do somatório totalizador de cada um dos contadores refletindo o valor na fatura a soma dos dois. Acontece que ao analisar duas fotografias de um dos contadores, uma datada de um de abril e outra datada de vinte e dois de abril, ambas do ano de dois mil e vinte e dois, podemos verificar que a leitura é exatamente igual. Ou seja, no espaço de vinte e um dias os contadores têm exatamente a mesma contagem, os mesmos algarismos. E quando os proprietários fecharam a torneira de segurança o que verificaram foi que a água continuava a correr, o que nos leva a colocar a seguinte pergunta, como é abastecida a água no aldeamento turístico Ponta Grande Resort? Foi-me também entregue por um proprietário fotografias onde podemos ver que a zona de terreno na entrada do aldeamento foi movimentada, três palmeiras foram deslocadas e uma boca-de-incêndio removida, ainda condutas que irei pedir aos serviços de águas que me expliquem, a fim de não induzir em erro uma aparente ligação direta do aldeamento à rede de abastecimento de água da boca do incêndio. Aponto assim outras questões, como é cobrada a água à entidade administradora de dois contadores que não fazem contagem? Há quanto tempo é que isto dura? E de onde vem a água que os proprietários do aldeamento pagam? É que de acordo com uma fatura de pagamento de água entregue a um proprietário datada de janeiro de dois mil e vinte e dois, podemos verificar que a mesma não foi emitida pelo município de Albufeira e que a água é cobrada a quase três euros o metro cubico, um valor muito superior ao praticado pelo município de Albufeira.



Senhor Presidente, esta situação deve ser analisada e resolvida, pois não prejudica só os proprietários que continuam a pagar faturas de água elevadas, prejudica também a Câmara Municipal, que forneceu água a um aldeamento turístico que se desconhece a funcionalidade destes contadores. E aos nossos munícipes que pagam faturas num concelho que todos os anos tem perdas de água avaliadas em quatro milhões de euros. Por fim, ao abrigo da alínea a) do número dois do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local. Fazendo uso das minhas funções, o CHEGA requer esclarecimentos sobre o mencionado na intervenção da deputada e o envio legal dos seguintes documentos: comprovativo do pedido de abastecimento de água feito em nome do aldeamento, bem como a ata com aprovação dos condóminos, fatura das águas do contador conjugado e por fim, o parecer técnico da inspeção à rede predial do aldeamento turístico Ponta Grande Resort efetuado pelo município a dezasseis de fevereiro de dois mil e vinte e dois."-----

Carla Vieira: "Boa noite a todos, hoje em contrassenso não tenho nenhuma questão, quero sim saudar o executivo e em particular a senhora vereadora do pelouro da ação social, bem como a disponibilidade e simpatia dos funcionários pelas iniciativas e atividades alusivas à semana da família. Estive presente, com muito gosto na caminhada pela família no passado domingo, em Paderne, o qual gostei de participar, uma vez que foi um passeio muito agradável e muito bem organizado. Parabéns, é de louvar estas iniciativas e que sejam também promovidas e divulgadas de modo a que todos consigam participar e todos consigam ter momentos de partilha em lazer."-----

Raul Ferreira: "Boa noite, quero lançar uma questão que me tem sido colocada ao longo destes últimos tempos, que tem a ver com a questão do alojamento local. Como é sabido, no mês de abril existiu um acórdão do supremo tribunal de justiça, que veio declarar como ilegal o alojamento local em edifícios para habitação e que estão sujeitos a propriedade horizontal. Como nós sabemos, a lei do alojamento local, de dois mil e catorze, foi republicada pela lei de dois mil e dezoito, que estabelece que o alojamento local é efetuado através do balcão eletrónico, no prazo de dez dias deverá haver uma resposta no caso de indeferimento no caso da Câmara Municipal e com base nessa inscrição no balcão eletrónico as pessoas podem logo iniciar a sua atividade de



alojamento local. Agora acontece, face a esta decisão do supremo tribunal de justiça veio-se a verificar que efetivamente a atividade de alojamento local em prédios para habitação, em propriedade horizontal é ilegal. A questão que se coloca aqui, tem duas vertentes, primeiro o que a Câmara vai fazer aos títulos já emitidos e penso que devem ser centenas ou milhares? E o que vai fazer aos pedidos que estão agora a ser submetidos? Como nós sabemos, a Câmara Municipal tem que analisar os pedidos, tem de fazer uma vistoria, a minha questão, até para bem da clarificação da nossa oferta e da segurança das pessoas, o que vai ser efetuado? Temos aqui um problema grave, complicado, eu penso que a solução passa por uma solução política, pelo governo central, a alteração da lei, mas gostava de saber qual a posição da Câmara para transmitir a todos alguma certeza daquilo que vai ser efetuado. Outra questão, e volto a um assunto que já falei, que tem a ver com as obras particulares, o senhor Presidente há uns meses atrás disse nesta Assembleia, quando eu interpelei acerca do atraso na apreciação dos projetos, que ia tomar medidas. A minha questão é se efetivamente os prazos foram ultrapassados, se continuamos na mesma situação? Se há uma melhoria? Se tem alguns dados que nos possa fornecer no sentido de ficarmos esclarecidos." -----

Silvia Dias: "Boa noite, senhor Presidente venho questionar se tem conhecimento das condições do equipamento do centro de saúde, da ala de saúde pública? Eu sei e a bancada do Partido Socialista sabemos que as competências foram já passadas para a autarquia, que existe um protocolo mas que não está ainda em vigor. Porque ao ir lá àquele equipamento o que se vai verificar é uma exposição de baldes para apanhar água que está a verter do teto, do ar condicionado. Considera-se que aquilo não tem condições para os utentes que lá vão, sendo uma área de saúde pública bem como para os funcionários, médicos, enfermeiros, a equipa de medicina que lá trabalha. Por isso questiono, se tem conhecimento do estado degradante daquela ala. Se sim, se há alguma intervenção planeada para tentarmos resolver aquela situação. Outra questão que tenho para levantar, no passado dia vinte e nove de abril, na última Assembleia Municipal, por acaso fui eu que falei do assunto do Jardim dos Sentidos, por isso já havia um certo conhecimento sobre esta situação, do equipamento que está muito bonito, mas que não está a funcionar. A realidade é essa."-----

Raul Ferreira: "Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal dirijo-me a si, nesta Assembleia, ainda há pouco ouvi algo que me espantou e que me deixa um pouco preocupado. Ouvi falar aqui o senhor deputado Leonardo Paço e a deputada Luna Silva



relativamente a uma questão, e falo isto até pela formação jurídica que tenho, uma questão que no meu entender configura um crime. Portanto, eu gostava de propor ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que fosse extraída certidão desta Assembleia e remetesse ao Ministério Público, porque acho que temos obrigação de denunciar aquilo que consideramos crime, não podem ser levantadas aqui questões que põem em causa a legalidade da prática do município e das pessoas que aqui trabalham. Eu não gosto de meias palavras nem de coisas encobertas, nem de coisas que se passam nas redes sociais, acho que temos aqui matéria para ser investigada, penso que deve ser extraída certidão desta Assembleia e enviada a ata para as entidades competentes para que não restem dúvidas sobre a legalidade ou ilegalidade que se tenha de alguma forma ocorrido na situação que foi aqui relatada.”-----

Domingos Coelho: “Boa noite a todos, gostava de refletir um pouco sobre as boas vistas e os bonitos miradouros que temos. Sabemos que uma das belezas de Albufeira é graças à sua urografia, e eu em tempos numa reunião de Câmara sugeri que se elaborasse um plano de salvaguarda para todas estas vistas que penso que são uma ex-libris da cidade. Há pouco tempo houve uma obra no Pátio, um empreendimento que conseguiu relativamente bem salvaguardar aquela vista, o chamado miradouro do Pátio, mas gostava de alertar para uma outra situação e saber se o executivo está em condições de garantir que essa vista perdurará. Quem desce da rotunda dos golfinhos direção nascente, direção da cidade, tem uma vista sob toda a zona nascente da cidade, Olhos de Água e na linha do horizonte até à ilha de Faro. Exatamente nos semáforos que estão a seguir está lá um anúncio a dizer que se vende dois lotes de terreno, a questão que se põe é, do projeto que dali se poderá desenvolver se, tendo em conta as quotas de terreno e o projeto, se há garantias de que aquela vista mantém-se ou se daqui a um ano ou dois, em vez de termos aquela vista deslumbrante temos uma parede mais ou menos branca, mais ou menos alta, mas que nos rouba essa vista?”-----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: “Boa noite a todos, quero felicitar o Imortal basquete pelo título de campeão nacional alcançado esta época da equipa sénior feminina. Quero felicitar o Futebol Clube de Ferreiras pelo título de campeão regional e pela subida ao campeonato de Portugal, conseguido pela equipa sénior masculina. Agora uma pergunta ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e ao senhor Presidente da Câmara, não sei se sabem, mas o município de Albufeira este ano ainda não mandou quaisquer verbas relativas ao contrato administrativo, delegação de competências para

a freguesia de Ferreiras. No referido contrato a freguesia de Ferreiras comprometia-se a assegurar e promover a realização, manutenção e conservação de todas as estradas municipais pavimentadas integradas na rede de circulação deste município, na área de jurisdição da freguesia. Outro ponto neste contrato é assegurar a aquisição de bens e serviços tendentes à manutenção de fotocopiadoras existentes nos estabelecimentos de educação e pré-escolar do primeiro ciclo. A freguesia continua a fazer o que está estipulado no contrato, tem os contratos com as empresas que fazem a manutenção das fotocopiadoras e tem também tapado os buracos na freguesia, dentro dos possíveis. Estive a ver uns pareceres e tenho aqui um parecer da CCRD Centro que diz "quando se inicia um novo mandato autárquico e no caso de não haver nova negociação de um acordo ou celebrar qualquer entendimento quando já tenha sido celebrado acordo de execução que tenha então chegado ao seu termo de vigência por via da cessão de mandato a que foi celebrado, este mesmo acordo considera-se renovado após instalação da Assembleia Municipal, mantendo-se assim todas as obrigações nele previstas a menos que a Assembleia Municipal autorize a Câmara Municipal sob proposta desta a denunciar o acordo." Tal não aconteceu e estamos já na segunda quinzena de maio, já passaram alguns meses desde o início do ano e é uma situação que expunha uma vez que isto é um assunto da Assembleia Municipal, a Assembleia Municipal é fiscalizadora destes assuntos. Se tinham conhecimento ou se não tinham conhecimento? Se tinham conhecimento, gostava de saber porquê que não me chegou nada até agora."-----

André Lima: "Boa noite, queria reforçar e referir, falta um nome de todos estes clubes e associações do concelho que alcançaram títulos nacionais e subidas de divisão, primeiro reforçar o Imortal Basquete, que muito me diz e acrescentar que o Clube de Basquete de Albufeira, o CBA também foi promovido da segunda divisão nacional à primeira, a sua equipa sénior masculina. Em relação às questões, reflexões, tenho dois pontos, primeiro, em relação à Rua da Oura, já foi referido aqui uma série de vezes, não é novidade e lembro-me que na primeira Assembleia eu intervim duas vezes em relação a essa situação e a resposta do senhor Presidente na altura foi de desvalorização quase total daquela situação, a dizer que não era assim tão mau, felizmente, neste momento já reconhece que está mal, dando um bocadinho uma no cravo outra na ferradura dizendo que há coisas boas, mas justificar coisas muito más com coisas boas não faz desaparecer as coisas más. Se tiver a minha casa toda muito limpinha e arrumada e a casa de banho estiver cheia de sangue, vomito, vidros no chão, vou ter que a limpar também, portanto, fico



contente por reconhecer. O importante agora é perceber que passos vamos dar para tornar aquele sítio mais saudável e agradável também para os nossos, não só para quem nos visita. Segundo comentário, na última Assembleia, houve um ponto da ordem de trabalhos que estava assumido quase pelo senhor Presidente da Mesa, que iria ser retirado, estou a falar do ponto em relação à Martrain, que a discussão começou por “iremos retirar” e o senhor Presidente teve uma intervenção referindo especificamente que não estava a influenciar ninguém, mas que a não aprovação daquele ponto poderia levar à perda de oportunidades de concurso, de chegar a verbas europeias, PRR, tal não se verifica na reunião que depois tivemos uma semana depois aqui no encontro com os representantes da Martrain, foi confirmado pelos mesmos que tal não se aplicava, logo poderíamos ter passado por cima daquela polémica que foi desnecessária, tendo em conta que a informação que ele nos deu, porque na sequência dessa intervenção, o que seria um ponto para retirar passou a uma aprovação. Percebo que isto é política, foi a observação que já ouvi até de mais de uma pessoa, mas parece-me que é o tipo de política que desmotiva as pessoas que estão lá fora, afasta as pessoas e as faz desconfiar daquilo que nós andamos aqui a fazer. O nosso papel da Assembleia Municipal é de fiscalização, é de tomada de conhecimento dos assuntos que aqui se passam, para depois em consciência podermos tomar as melhores decisões ou aquelas que nós achamos que são as melhores decisões. Por isso, parece-me a mim que este tipo de situações devem ser tratadas de forma mais clara, transparente e objetiva.”-----

Carlos Quintino: “Boa noite, gostaria de saudar, em nome da bancada do PSD/CDS as equipas que tiveram no último fim-de-semana excelentes vitórias nos seus campeonatos e que quase todas ou todas subiram de divisão, nomeadamente a equipa feminina do Imortal Basquete, o CBA, o Futebol Clube de Ferreiras e também o Albufeira Futsal. Queria noutro âmbito, salientar a excelente organização que o município de Albufeira teve com o Opto e com as comemorações do dia da família. Queria também deixar uma nota sobre aquilo que foi a ação policial levada a cabo na Avenida Sá Carneiro sul, que culminou com algumas detenções, porque falei na última Assembleia sobre isso, congratularmos todos por isso, porque houve certamente alguém que ouviu aquilo que aqui foi falado, independentemente das devidas investigações essa ação policial foi levada a cabo com algum sucesso. Por outro lado queria deixar a minha opinião sobre aquilo que é a opinião da bancada do PSD/CDS sobre aquilo que é uma futura requalificação da Avenida Sá carneiro na sua totalidade, sabendo que existe

efetivamente um projeto para essa requalificação e sabendo das devidas limitações que ia levar a cabo um concurso desse género, não queria deixar de fazer um apelo ao executivo, no sentido que torne essa requalificação prioritária por aquilo que é as necessidades, não só do comércio local, mas também porque essa requalificação pode efetivamente disciplinar algumas situações, nomeadamente na circulação rodoviária e pedonal e facilitar algum controlo daquilo que é atualmente um autêntico descontrole, sabendo naturalmente que essa não é responsabilidade do município, e que muitas das vezes situações que lá ocorrem resultam daquilo que é um dos aspetos a aposta de alguns empresários naquele tipo de turismo, que tem naturalmente as suas vantagens e desvantagens, mas que não me cabe a mim estar a avaliar isso, mas o que é certo é que Albufeira está a receber algum tipo de turismo que terá sido rejeitado por alguns concelhos, nomeadamente aqui ao lado, em Espanha e isso tem tido algumas consequências ao nível daquilo que é a qualidade de vida dos seus habitantes, portanto é um tema que deve ser efetivamente, amplamente debatido e que deve ser alvo, na opinião da bancada do PSD/CDS não só por aquela zona, mas também por outras zonas de muita afluência, deve ter a atenção devida, nomeadamente naquilo que é a preparação de um código de conduta, que pode efetivamente ajudar a disciplinar ali algumas questões."---

Presidente da Câmara: "Muito obrigado pelas questões levantadas aqui, algumas vou passar a resposta para outros intervenientes aqui presentes, para poder esclarecer um pouco melhor. Relativamente ao Leonardo Paço que falou da água da Ponta Grande, há aqui mais alguém que falou nessa problemática que já vem sendo transversal em muitas reuniões, também gostava de ver esse assunto terminado de uma forma legal, racional. Há questões, por aquilo que tenho assistido, que são do foro policial, são casos de polícia, são questões que não tem nada a ver com a Câmara Municipal. Acho eu que a Câmara Municipal tem imensos problemas para resolver, não está nada resolvido, terminamos uma fase de uma pandemia durante dois anos que fez piorar muita coisa, mas estamos numa outra que não sei, e tenho dúvidas se não irá piorar mais, é bom que tenhamos atenção, não podemos dizer que isto, por ser um ano que se prevê com muito turismo, que vamos ficar com verbas suficientes para fazer tudo e mais alguma coisa, é preciso algum cuidado. Depois irei passar a palavra à vereadora Cláudia, até porque tenho outro assunto, a questão do transporte dos deficientes, embora há uns anos fizéssemos um protocolo com uma associação para os alunos com deficiência serem transportados, mas queria saber este ano como está e é a vereadora que tem essa delegação de

competências da minha parte e da parte da educação ela terá que responder. Relativamente à questão do Nozul e estas questões das datas, faço lembrar que aquilo é um processo com uma maturidade bastante grande, faço lembrar que é um processo de interesse nacional, chamado PIN, depois irei passar a palavra ao arquiteto Eduardo que poderá tecer mais alguma característica relativamente à questão do caminho e à questão das alterações do licenciamento. É um PIN, projeto de interesse nacional, também participado e gerido pelo Turismo de Portugal, e recebemos dois emails, salvo erro, dizendo que era um projeto que tinha todo o interesse em ser célere na sua apreciação, por questões de financiamento, até recebi várias chamadas de membros do governo de outro tempo. Isso não justifica nem estou aqui a tentar desculpar nada, estou a dizer aquilo que é. Relativamente à Carla Madeira, tem toda a razão em relação aos horários de formação, mas os horários de qualquer coisa que seja são sempre a favor de uns e não a favor de outros. Faço lembrar que este tipo de formações ou outras parecidas também existe muitas vezes ao sábado, são formações de carácter diferente, obviamente, mas fica a nota, é uma sugestão, porque realmente organizar aqui formações no concelho de Albufeira para a maior parte ser de outros concelhos, o objetivo evidentemente não é esse, embora não devemos ser exclusivos, têm todo o direito mas o nosso foco tem de ser principalmente os munícipes de Albufeira. Relativamente à questão do Purgatório, foi precisamente nesse sítio que queria meter aquela almofada que não foi permitida pela IP, porque é uma estrada nacional, mas todo aquele triângulo até ao cimo é para ser requalificado, aquilo foi só a primeira intervenção no sentido de tratar de tirar o obstáculo de visão. A Avenida Sá Carneiro, já foi falada aqui várias vezes, eu nunca disse que a Avenida Sá carneiro não estava assim tão mal como tudo isso, a Avenida Sá Carneiro está mal já há muitos anos. Aliás o princípio ficasse razoável, aquelas árvores rebentam com os passeios todos, evidentemente que não há espaço, o espaço é aquele que lá está, não estica, até me lembro de utilizar quando apresentei o pré projeto em dois mil e dezanove, na sala da biblioteca, e foram convidados muitos intervenientes, muitos comerciantes na própria avenida para tecerem alguns comentários, e foram alguns inseridos durante a elaboração do próprio projeto, lembrei-me de uma frase que disse, "poderia vir a ser uma chicotada psicológica para aquela rua", foi aquilo que disse há bocado, mas não é só com a lavagem de roupa que se muda o comportamento de uma determinada pessoa. Uma pessoa por ter a roupa lavada, ou o cabelo cortado vai mudar o comportamento, tem de haver mais coisas. Evidentemente

que não é só por isso, mas pode ser um ponto importante, respondendo já a algumas questões, para possibilitar, facilitar, agilizar e permitir a melhoria da vivência naquela rua. Obviamente que não chega, como já disse há bocado, os empresários são muito responsáveis, as forças de segurança serão responsáveis, com certeza, há muita responsabilidade de vários, mas ninguém pode imputar a responsabilidade só aos outros, nós próprios todos somos, de alguma forma, responsáveis. Evidentemente temos mais, nós que ocupamos este lugar, eu em particular, não fujo à minha responsabilidade e assumo as responsabilidades seja em que campo for. Não fiz tudo bem na minha vida, evidentemente fiz muita coisa mal, mas a tentativa é sempre fazer o melhor possível, assim como qualquer outra pessoa, com certeza. A Mónica Félix falou na questão do Opto, conseguiu-se fazer porque nos dois últimos anos era impensável e nem era permitido fazê-lo. Infelizmente não tive o prazer de assistir ao Opto, mas a fazer fé naquilo que vi e naquilo que era os anos anteriores, é um acontecimento que tem crescido, que se começa a recusar participantes porque o espaço não chega para todos. Falta o tal grande espaço para fazer feiras e exposições em Albufeira, já há ideias para os sítios, há-de vir depois à Assembleia. Relativamente à urbanização Surfal, a questão dos pinheiros, alguns os nossos serviços têm cortado, a pedido das pessoas, no entanto alguns pinheiros estão em zonas privadas e isso tem de ser os proprietários. Agora está aberto concurso para cortar os pinheiros mais difíceis de cortar, está em vias de resolução, embora as dificuldades orçamentais, na mobilidade dentro de rubricas, esteja pouco difícil, não é questão de haver ou não haver verbas, é questão da mobilidade entre rubricas que tem sido difícil. A mobilidade reduzida, já registei, acho que é importante referir isso. Falou-se aqui várias vezes no desporto, quero frisar que isto no fundo é um epílogo de algo que se tem feito, na criação de há uns anos a esta parte, das infraestruturas necessárias à prática desportiva, não só apenas nos campos de futebol, mas nos pavilhões, nas piscinas e noutros campos, nas pistas, por exemplo, isto são frutos de todo o apoio que as Câmaras Municipais, fiscalizadas pelas Assembleias Municipais, como é aqui falado várias vezes, estou de acordo com isso, apoiam o desporto. Podem ter certeza que, se não fosse o apoio dado pelas Câmaras Municipais, embora haja muita gente da sociedade que não concorda minimamente com dez mil euros ou cinquenta mil ou cem mil ou até um milhão que se dá para um determinado clube desportivo para promover a formação, que é o essencial, embora a competição seja o salto para a motivação dos jovens. Há que congratular com todas essas subidas, mas temos de ter os



pés no chão, com alguma sustentabilidade porque se não for sustentável no ano a seguir, tal e qual como aconteceu há uns anos, haverá algum descalabro. Relativamente ao alojamento local, vamos analisar como isso está, acho que não foi uma boa altura ara sair um acórdão de uma coisa deste tipo, no princípio do verão acho que é dúbio este tipo de coisas, mas estamos atentos a isso. Relativamente às obras particulares, falei que em seis meses haveria melhorias significativas, não são tão significativas como eu tinha inicialmente previsto e eu assumo essa responsabilidade, para além de termos mais uma arquiteta já há concurso aberto para outro arquiteto, agora é necessário cumprir todos aqueles prazos, por lei, prazos de audiências prévias, seleção dos candidatos, das provas de aptidão, para posteriormente dar entrada de mais efetivos nesse processo. Pôs-se a hipótese de ser acudido por uma entidade externa, que possa vir, no modelo híbrido fazer alguma ajuda. No entanto já foram feitas várias reuniões com o departamento urbanismo, no sentido de fixar fluxogramas, aqueles guiões de apreciação de processos, para que o técnico que está a apreciar um processo não perca tempo a apreciar coisas que não lhe diz muito respeito e escreva muitas vezes redações que, já vi várias, que acho que não é preciso. As condições do equipamento de saúde pública, que a Silvia Dias falou, desde logo naquele espaço construído há ali duas entidades que gerem aquilo, uma é a ARS, daí que é o centro de saúde e foi sobre isso que as competências passaram para a Câmara Municipal e há uma outra parte que pertence ao CHUA, nessa parte a Câmara Municipal não tem nada a ver com isso. Se houve transferência de competências na área da saúde para as Câmaras Municipais, posso dizer que o problema não está tão pacífico no Algarve como tudo isso. Dos dezasseis concelhos só oito é que aceitaram as competências e são notoriamente, só uma é que não, do mesmo partido do Governo, não aceitaram. Não está aqui em causa questões políticas, mas se a situação do centro de saúde já está assim nesta altura e se o acordo de transferência ainda nem está totalmente em vigor, porque ainda vai ser remodelado, então significa que a ARS não deveria ter passado o centro de saúde para a Câmara Municipal nessas condições, porque não foi num mês, em quinze dias, em dois meses que aquilo se deteriorou, já estava deteriorado há muito tempo. Portanto, não se deve falar dessa forma, e as escolas não se passa bem igual. As escolas são diferentes porque são unidades mais estanques, é um bocado diferente, até porque a educação foi daquelas transferências, elas são vinte, Albufeira tem dezassete transferências assumidas, muitas delas houve zero, não houve nada ainda, não aconteceu nada, uma delas é a rede viária que não aconteceu nada. A

educação é aquela que menos problemas tem dado, mas também é aquela que tem de funcionar todos os dias e todos sabemos que a escola tem de funcionar e empurra as próprias pessoas a fazer aquilo. Agora o centro de saúde também vai ter de funcionar, obviamente, ainda ontem surgiu um problema com os elevadores que avariaram, lá está, os elevadores também não avariaram de há quinze dias para cá, lá temos de ser nós a abrir um procedimento para ir reparar os elevadores. Evidentemente que não estou a contestar isso por ser mal assumido, agora com a revisão do acordo de transferências poderá haver alguns aspetos que poderão ser melhor redimensionados, quer em termos daquilo que está dito, quer em termos da parte financeira que acompanha essa transferência, vamos ver. O André Lima falou e bem na questão do CBA. O Domingos Coelho falou dos miradouros, sim, existe vários miradouros, ainda há dias lembrei-me de um outro, na ponta da Baleeira, o miradouro que falou vejo quase todos os dias, cade vez que desço aquele troço da Avenida dos Descobrimentos, entre a rotunda e os semáforos da Avenida do Ténis, vê-se perfeitamente e por vezes muitas pessoas lá a mirar a parte nascente do concelho. Acho que é um sitio importante, vamos ver se isso é possível, conjugado com a parte urbanística conseguir manter isso. As delegações de competências nas juntas de freguesia, já foi dito que estão em vigor, falta haver uma transferência de verbas, penso eu. Isso já foi dito ontem à Dra. Carla Farinha, que é a responsável pela parte financeira, para que a todo o momento se começasse a transferir essas verbas, é porque houve algum atraso nesse sentido, mas vai ser posto em dia dentro de pouco tempo. A questão do André Lima sobre a Martrain, eu apenas falei na questão de que se fosse retirado poderia ser um entrave, podia ser, eu não disse que era, eu não sei o que são entraves em qualquer processo que haja, inclusivamente neste. Como já disse a todos os membros desta Assembleia que tiveram oportunidade de assistir a esta apresentação, quanto a mim foi a melhor, porque em dois mil e dezassete começou-se com apresentações muito dúbias, é verdade e eu chamei a atenção nessa altura, que o foco deveria ser a escola profissional e não tudo o resto, nessa altura chamei a atenção disso. Agora queria passar à Vereadora Cláudia, para completar as duas questões que falei há pouco.” -----

Vereadora Cláudia Guedelha: “Boa noite a todos, vou em primeiro lugar responder à questão relativa ao transporte dos miúdos, porque a outra questão vai demorar mais algum tempo. A questão das crianças com deficiência efetivamente existe um protocolo com uma das associações, os casos têm aumentado, são bastantes e o município tem

tentado resolver as coisas da melhor forma. Relativamente aos miúdos que estão nas unidades, há situações em que são os técnicos que vão ao local, há outros que vêm ao parque lúdico, contudo há essa dificuldade efetivamente de transporte, mas que nós ainda esta tarde estivemos reunidos, porque há outras dificuldades, os casos têm aumentado, as situações são muitas. A título de exemplo, para o transporte para Faro tivemos de recorrer a um serviço externo para conseguir responder às necessidades destas crianças, porque são miúdos que não conseguem ser transportados num carro normal, e estivemos hoje reunidos a considerar essas questões para ver até que ponto é que não deveremos investir em mais um carro para responder a estas questões. Relativamente à questão Ponta Grande, hoje vou levar mais algum tempo porque é a última vez que vou falar sobre este tema e vou dizer que é a última vez porque este processo vai ter de ter disciplina e vai ter de ter o respeito que merece. Estou aqui, em representação dos técnicos, que com muito esforço têm durante estes últimos meses esmiuçado toda esta questão. Existe um processo que se divide em três, as calúnias referidas à minha pessoa, o aproveitamento político e efetivamente o que importa, a questão Ponta Grande. A questão Ponta Grande que começou há uns meses com um pedido e não me vou repetir, porque há quinze dias atrás já o fiz aqui, um pedido de cinco requerentes que pediram efetivamente contratos de contadores, com contratos de água individualizados. Começamos a trabalhar sobre esta questão, foram muitas as reuniões, não vou estar aqui a repetir porque isso já ficou registado na ata da Assembleia anterior e porque ontem fiquei totalmente escandalizada quando a Câmara Municipal recebeu mais uma carta ameaçadora, de injúrias à nossa pessoa, incluindo os técnicos e o que me escandalizou é que junto a essa carta vêm documentos internos da Câmara Municipal. Algo grave se passa, de muito grave. Por isso mesmo, vou passar a ler todo o trabalho desenvolvido pelos técnicos e peço perdão mas, vai ter de me dar tempo para eu ler estes documentos na íntegra e vou passar a explicar todas as dúvidas que vierem a seguir à porta ali ao lado, que se chama tribunal e é ali que vai ser definitivamente escrutinado este tema. A partir do momento em que há um problema relativamente às questões de água e saneamento o procedimento é sempre este: vai para análise jurídica, da divisão jurídica, foi assim que o fizemos. Estou a falar para todos os deputados que compõem esta Assembleia e nunca me dirigi porque nunca precisei deste palco para todas as pessoas lá em casa. Tudo o que vai ser aqui dito, espero que existam muitas partilhas desta reunião e espero que todos os albufeirenses hoje fiquem completamente

elucidados do que se está a passar dentro desta Câmara Municipal. Vou passar a ler o ofício que foi elaborado pelo departamento jurídico. (Doc. n.º 2 anexo a esta ata). Mediante este parecer jurídico e mediante todas as questões que acabaram por aparecer, porque isto trata-se de um parecer jurídico abstrato que traça um quadro legal, consideramos que todo este trabalho vem, que fique aqui bem claro, do início de um email porque esta foi a compulsividade destes meses com todos estes emails que dizem todos o mesmo. Posto isto, esta informação foi para a DPGU por se tratar também de questões urbanísticas, divisão do planeamento urbanístico de apoio ao investidor que também passo a ler, foi analisado, levou tempo, foi esmiuçado, implorei junto dos serviços juntamente com o senhor Presidente, que tivemos reuniões em conjunto, tendo ele um serviço e eu outro e vou passar a ler a continuação do que tinha sido feito. (Doc. n.º 3 anexo a esta ata) Em paralelo com esta questão, existe um parecer técnico da divisão de águas e saneamento, que resulta naturalmente da inspeção à rede de águas predial feita ao local, que eu vou passar a ler. (Doc. n.º 4 anexo a esta ata) Posto isto, foi elaborado um ofício onde faz um resumo do parecer jurídico e faz o apanhado da inspeção feita pelo serviço de águas à rede predial. Os cinco requerentes foram notificados com este mesmo ofício, portanto, quando o requerente que esteve nesta última Assembleia aqui esteve já tinha sido notificado, já tinha esta informação. Houve três deles que responderam, houve dois que não, foi dado o prazo legal para se pronunciarem relativamente ao que está aqui pedido para tentarmos ver a melhor forma de resolver o problema, se existe efetivamente ou não possibilidade de o fazer, porque ficou do lado dos requerentes darem-nos essa mesma resposta. Após isso e houve efetivamente a resposta dos três, durante esta semana foi-nos solicitado pela Assembleia Municipal de Albufeira um conjunto de questões que vão de encontro às questões que voltaram a ser colocadas pelos requerentes. Posto isso voltamos e em tempo recorde e para não falharmos com a nossa palavra na resposta urgente que foi solicitada por esta Assembleia, voltamos a mandar a documentação para o serviço de águas e para a DPGU. Vou passar a ler o que foi respondido pela divisão de águas. (Doc. n.º 5 anexo a esta ata) Posto isto, resposta da DPGU (Doc. n.º 6 anexo a esta ata). Estas duas situações e porque na altura foi enviado ao Turismo de Portugal imediatamente um ofício com esta questão, portanto, estas duas questões estão em aberto para futura análise dos respetivos serviços. Respondendo a algumas questões, vou fazê-lo de forma breve e pela última vez que garanto que o faço, este dossier que tenho aqui tem os emails

que foram enviados, foram lidos um por um, estão arquivados um por um e nem por algum momento alguma vez foi indicado aqui que existia entrada de água ao Ponta Grande sem passar pelo contador geral. Nunca fomos alertados para isso, até ao dia, até a senhora chefe de divisão escreve aqui o dia da reunião de Câmara e eu até lhe vou dizer que foi no dia anterior, porque felizmente eu não sigo esse tipo de redes sociais, mas mandam-me os prints e efetivamente havia uma publicação que havia um indicador, que vale o que vale. Imediatamente no dia seguinte, enquanto estávamos em reunião de Câmara os serviços competentes como são, deslocaram-se ao local e foram ver o que se passava. Efetivamente, deputada Luna existia um contador conjugado, como na maior parte dos aldeamentos turísticos de Albufeira, porque há vinte ou trinta anos atrás a lei não era a mesma e não se passa o que acontece agora. Contudo, os serviços de águas e saneamento têm alterado esses contadores, este por acaso ainda não estava. Como foi dito e bem, o contador conjugado e aqui não há dúvidas, existe realmente duas faturas com o mesmo titular, com o mesmo número de contribuinte e que convergem na mesma situação. Sabemos a forma como é contabilizada a água nas épocas de maior consumo ou de menor consumo. Posto isto, alteramos o contador, porque nessa mesma reunião de Câmara foram levantadas várias questões, que havia indícios de que efetivamente, como já disse, as coisas não estavam a correr da melhor forma. Os serviços alteraram o contador e porque foi falado numa boca de incêndio e esta questão da boca de incêndio quero que fique aqui bem clara, quando se falou a primeira vez e foi referido em reunião de Câmara a questão da boca-de-incêndio, evidentemente que foi falado, os serviços tiveram o cuidado de verificar e a boca-de-incêndio efetivamente está, pertence ao interior do aldeamento. Na mesma altura, os serviços contactaram com o administrador do mesmo para ver o que se passava. Essa informação foi enviada para a fiscalização para compararem relativamente à rede de incêndios daquele mesmo aldeamento para tomarem as devidas providências. Portanto a partir do dia três de maio levantaram-se uma série de questões, em que eu fui caluniada, umas presencialmente outras nas redes sociais e eu penso que o "faceboquiano" escondido atrás, ele sabe bem a quem me dirijo, está a ouvir e é importante que ele oiça hoje com atenção e assumo aquilo que faz às pessoas no concelho de Albufeira, porque não é só a mim, é a todas as entidades a quem nós devemos respeito. Porque eu digo-lhe uma coisa, senhor Presidente, esta é a casa da democracia e o senhor é o responsável por esta mesma casa e pelo bom funcionamento da mesma. E todos nós, naquele auditório municipal, juramos por nossa honra cumprir

com lealdade as funções que nos são confiadas. Sabe o que é a democracia? É a liberdade, mas com respeito e o que se passou na última Assembleia aqui relativamente à minha pessoa, vou fazer-lhe um apelo, esteja presente e atento e não deixe que isto volte a acontecer. Nem comigo, nem com nenhum dos deputados, nem com nenhum dos vereadores, porque nós queremos fazer uma política, e as pessoas lá em casa estão a ouvir, séria, de verdade, para não fazermos aumentar a abstenção, porque é isso que nós todos estamos aqui a contribuir. Eu não admito, ser chamada de mentirosa, com factos que provam claramente que os serviços de divisão de águas e o DPJU, que estão ali os dois ao meu lado, e eu estou a dar a cara por eles, porque eu tenho uma única missão, fazer o melhor pelas pessoas. Eu e todos nós. Portanto, este assunto está encerrado, relativamente ao contador que foi colocado na rede de incêndios, já está feito, foi colocado, não há taxas, foi um contador colocado na rede de incêndios em separado, para escrutinar toda esta questão. Relativamente à investigação é um socorrismo político, é uma investigação política para atingir a vereadora, claramente. Vêm é sempre atrasados, porque quando lá chegam já vão. Ainda no outro dia me ligavam e diziam efetivamente, deputada Luna, que o contador estava parado, nem têm bem consciência do que falam, porque dizem estas coisas à minha pessoa, quando deviam ter denunciado nesta mesma Câmara que o contador estava parado, porque é assim que se faz. O regulamento da ERSAR diz que é obrigatório contabilizar a rede duas vezes por ano, nós fazemos basicamente mensalmente e quando um contador está parado faz-se estimativa, é assim que se processa. E a partir do momento que houve as dúvidas foi substituído o contador. A pessoa que andou a tirar fotografias, que tem responsabilidades políticas, que vai uma vez tirar e tira outra é cúmplice? Pergunto eu, é cúmplice? Penso que já abusei imenso do tempo, mas esta situação fica por mim hoje terminada, e volto a apelar, senhor Presidente, as pessoas estão lá fora estão a ver o que se passa dentro desta casa, e quando não há respeito não podemos estar na política."-----

Presidente da Assembleia: "Primeira questão, infelizmente, na última Assembleia Municipal eu cheguei um pouco mais tarde e não assisti a esta situação que a senhora vereadora aqui referiu. A senhora Primeira-Secretária fez o grande favor de me substituir até à minha chegada, que por razões da minha atividade não me permitiram estar a tempo, não tomei conhecimento da situação, in loco, e não tive noção do que foi aqui debatido. Como diz e muito bem, esta é a casa da democracia e nós não estamos aqui para insultar ninguém nem para sermos insultados. Devo referir que a senhora

vereadora fez aqui uma exposição que acho que tem a ver com duas situações completamente diferentes. A primeira tem a ver com a posição que a Câmara Municipal tomou, legitimamente, eu quando digo isto é porque há aqui pareceres e tomadas de posição que levam a que se tomasse essa decisão, que e foi comunicada aos senhores que apresentaram estes requerimentos relativos aos contadores de água. Outra questão será aquela que foi colocada aqui hoje, de que poderia ter sido praticado algum facto que consubstancia-se um ilícito, eventualmente criminal ou doloso, ou de qualquer outra ordem. Estamos a falar de situações diferentes e de situações que embora digam respeito ao mesmo assunto encerram matérias distintas. A Câmara, naturalmente tomou a posição que entendeu dever tomar e defendeu-a e está a defendê-la em função dos pareceres que lhe foram remetidos. Caso haja algum litígio judicial deverá defender essa mesma posição e provar que essas questões estão dentro da realidade, não tenho dúvida nenhuma que aquilo que a senhora vereadora está a referir está devidamente fundamentado e baseado. Outra questão tem a ver com o facto de se terem levantado suspeitas sobre situações menos lícitas e de eventuais compadrios tendo eu mesmo sido vilipendiado em determinadas redes sociais, mas entretanto penso ter esclarecido a questão. A semana passada um representante dos senhores proprietários que tinha pedido este pedido pediu uma reunião, e logo após nós termos estado aqui com o senhor professor José Milhazes, eu fui recebi o senhor Joaquim Guerra, proprietário no Ponta Grande. Trouxe uma série de documentação, dando informação sobre determinadas questões. A informação que transmiti foi a seguinte; a Assembleia Municipal naturalmente é a entidade fiscalizadora, mas não é uma entidade que possa obrigar a Câmara Municipal a tomar uma decisão que é da exclusiva competência do executivo da Câmara Municipal. Portanto, a única forma de resolver esta questão é a via judicial. Se há aqui um conflito, e o senhor proprietário do empreendimento entende que não deve fornecer os contadores, se a Câmara Municipal tem também um entendimento semelhante e se os senhores proprietários têm um entendimento completamente contrario, nós Assembleia Municipal que não somos juízes, não podemos atuar, de forma a dirimir o conflito ainda para mais causa própria, pelo que temos de remeter esta situação para os tribunais. Eu, esclareci essa questão, e entretanto chegou um pedido do Dr.º Paulo Garcês dirigido ao Presidente da Assembleia Municipal solicitando que lhe fossem fornecidos determinados documentos. Naturalmente, como me competia, pedi às senhoras funcionárias da Assembleia Municipal que fizessem um ofício à senhora



vereadora no sentido de facultar os documentos que supostamente não foram entregues. Posso referir que a única questão que eu coloquei foi, tratando-se de um assunto, na minha perspetiva entre a Câmara Municipal e particulares, naturalmente esta Assembleia Municipal só tem uma coisa a fazer, que é avançar com a extração da ata da Assembleia Municipal para envio das entidades competentes nomeadamente ao Ministério Público para que tomem as medidas que entenderem por conveniente, nomeadamente se há irregularidades ou se existem factos que possam consubstanciar ilícitos criminais. Por sua vez se os senhores requerentes, face à legislação em vigor devem de colocar contadores, deverão recorrer a Tribunal para que um juiz de decida quem tem razão. Deixei claro que, não cabe à Assembleia Municipal tomar posição, cabe à Assembleia Municipal fiscalizar, e é isso que estamos a fazer, daí ter enviado à senhora vereadora esse mesmo ofício e aguardar que esta situação seja colocada às entidades competentes, neste caso, aos órgãos judiciais competentes. Entretanto fui informado que já existiam procedimentos judiciais em curso, pelo que no âmbito desta Assembleia Municipal devemos de participar ao Ministério Público com cópia desta ata. A Assembleia é soberana, no sentido de decidir se valerá a pena pedirmos novamente ao Ministério Público uma nova investigação quando supostamente o assunto está a ser investigado. Não me causa qualquer problema mas poderá ser, como se costuma dizer, chover no molhado, uma vez que o processo está a avançar. Mas se os senhores assim o entenderem esta Assembleia pugnará por extrair uma certidão da ata da Assembleia e enviar às entidades competentes, para que investiguem e verifiquem se é ou não devida a colocação de contadores, que é uma questão do foro cível, eventualmente administrativo e, outra questão será do foro criminal, caso tenha sido praticado algum ato contra aquilo que a legislação refere, que possa integrar qualquer facto que substancie um ilícito penal. É isto que tenho para propor, uma vez que se trata de um conflito, que tem que ser dirimido, uma vez que o senhor proprietário do empreendimento tem uma posição, a Câmara tem uma posição semelhante e os senhores requerentes têm uma posição completamente diferente. Cabe-nos a nós continuar a acompanhar este processo, pedir às entidades competentes, à ANPC relativamente a matérias que tenham a ver com bocas-de-incêndio e outras matérias que são da área da proteção civil, para tomarem as devidas providências e verificarem se aquilo que foi dito aqui, que eu penso que é de alguma gravidade, corresponde ou não à realidade. Como digo, estou na disposição de enviar esta ata ao ministério público, que eventualmente possa já estar a tratar do



assunto, mas pelo menos cumprimos a nossa função, que é a função fiscalizadora, face a denúncias que possam consubstanciar a situações ilícitas ou menos corretas.” -----

Presidente da Câmara: “Relativamente à questão do projeto de licenciamento que foi aqui referenciado, do hotel, o arquiteto Eduardo poderá complementar aquilo que disse sobre o facto de ser um PIN.”-----

Arquiteto Eduardo Viegas: “Complementado a informação já transmitida pelo senhor Presidente, sobre a questão do processo sete T dois mil e três, é de facto um projeto PIN, a legislação que regula estes projetos é o decreto-lei número cento e cinquenta e quatro de dois mil e treze, e a alínea a) do número um do artigo vigésimo deste decreto-lei diz o seguinte “o reconhecimento de um projeto como PIN implica a apreciação prioritária, em sede de procedimento de licenciamento, junto de quaisquer entidades, órgãos ou serviços da administração”. Estes requerimentos foram recebidos, foi recebido igualmente comunicações do Turismo de Portugal, enquanto entidade gestora deste projeto PIN a alertar quanto a este regime jurídico, e os serviços atuaram em conformidade com esta legislação, que refere que estes projetos são prioritários.”-----

Luna Silva: “relativamente àquilo que foi dito, de facto o que tenho de dizer é que lamento e não concordo com este sistema de injúrias e de ameaças, não acredito que essa seja a forma de resolver os problemas. Ouvi a senhora vereadora com bastante cuidado e atenção, contudo e salvo o devido respeito, em nenhuma frase da minha intervenção eu pus em causa a colocação de contadores individuais. Em nada a minha intervenção referiu a legitimidade da licença turística, a sua caducidade ou o seu prazo. Em nada referi o título constitutivo, nem o facto de precisar de ser alterada a fim de se conceder os contadores individuais. As minhas questões foram simples, e cingiram-se unicamente no contador que se encontra à entrada do aldeamento e que abastece o aldeamento todo. Nunca referi qualquer questão a nível particular, porque concordo que isso é do foro privado e deve ser resolvido entre os proprietários e o aldeamento numa devida assembleia de condóminos. O que eu pretendo saber é o motivo do porquê de um contador não contabilizar água durante x dias de tempo. E porquê que essa água é faturada em dobro aos proprietários, se ela não é contabilizada? Se ela não é contabilizada, surgem aqui outras dúvidas. Porque se o contador não conta tem que se perguntar de onde vem a água. Como é que o aldeamento, os condóminos usufruem de água? Foi simplesmente isso.”-----



Carlos Quintino: "Quero em nome da bancada do PSD/CDS realçar a nossa solidariedade com a senhora vereadora, com os técnicos responsáveis, senhor Presidente e reforçar a nossa confiança nestes intervenientes. Parece-nos a nós, daquilo que ouvimos e pesquisamos, que se trata efetivamente, como o senhor Presidente da Assembleia disse e muito bem, a meu ver, uma questão que envolve um litígio entre privados e há as instâncias respetivas para tratar desse litígio. No entanto, não queria aqui deixar de repudiar qualquer ação negativa de injúria, de difamação e de perseguição para qualquer responsável político deste concelho, no exercício das suas funções."-----

Foi aprovado por maioria enviar certidão da ata para o Ministério Público.-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia: "Tenho indicação de que há um voto de pesar, peço que seja lido, para que nós o possamos votar".-----

Silvia Dias: "A bancada do partido Socialista vem apresentar um voto de pesar. Um autarca do nosso concelho faleceu no mês passado, Inácio Martins Silvestre, nasceu a cinco de Março de mil novecentos e trinta e um. Foi uma figura incontornável na via pública, exerceu o cargo de Presidente da Junta da Freguesia da Guia, entre os anos de mil novecentos e noventa e dois mil e dois. Assim sugere-se que esta Assembleia Municipal associe-se à dor da família enlutada manifestando um voto de pesar pela morte deste insígnia cidadão de Albufeira. Propõe-se um minuto de silêncio, Albufeira dezoito de Maio de dois mil e vinte e dois".-----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água,

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne.-----
Foi aprovado por unanimidade. -----
Fez-se um minuto de silêncio. -----

ORDEM DO DIA PONTO UM

Tomada de Posse do Conselho Municipal de Segurança de Albufeira; -----
Presidente da Assembleia: “Depois de uma análise mais aturada, verificou-se que este ponto vai ter que ser retirado, tendo em consideração que a legislação referente aos Conselhos Municipais de Segurança foi alterada já em dois mil e quinze e foi alterada posteriormente em dois mil e dezanove, isso implicaria que o regulamento que nós temos, tivesse sido alterado e não foi, pelo que nós seguimos um regulamento que está em vigor, mas verificámos que o mesmo está perfeitamente desatualizado. Só para vos dar uma ideia, cabia à Assembleia Municipal nomear nove pessoas idóneas deste concelho, para pertencerem ao Conselho Municipal de Segurança e neste momento isso deixou de existir. Era perante esta Assembleia que esses nove elementos tomavam posse, o que também foi alterado, é a Câmara Municipal que neste momento deve indicar as entidades ou os representantes, das entidades que irão pertencer ao Conselho Municipal de Segurança. Há também a criação de um Conselho alargado e de Conselho restrito. Os elementos depois de serem indicados tomam posse perante a Câmara Municipal. Com tanta alteração era completamente impossível estarmos a eleger um Conselho Municipal de Segurança que não tinha qualquer validade. Portanto, temos que redimensionar esta situação. Eu já falei com o Senhor Presidente, no sentido de reunirmos, com os líderes parlamentares e ver a forma de indicarmos os nomes que integrarão para o Conselho Municipal de Segurança, de forma que o mesmo tenha uma representatividade das várias entidades do Conselho de Albufeira, pelo que se propõe a retirada deste ponto da ordem do dia, ou seja da tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança de Albufeira”.-----
Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos

Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Presidente da Câmara: "Na altura que vi isto na ordem de trabalhos e peço que quando o Sr. Presidente colocar alguma coisa na ordem de trabalhos, conversemos antes, porque podíamos evitar perfeitamente esta situação, verifiquei que realmente havia uma discrepância que nunca me tinha apercebido e que me apercebi agora dessa discrepância, tanto que, ainda no regulamento ainda surge lá o representante de uma associação que já deixou de existir há uns quinze anos, ou perto, que é a Aresta, que era a associação da restauração, que passou a ser depois uma delegação, que na altura era delegado regional, mas com sede em Albufeira, senhor proprietário do restaurante Casa da Avó, José Júlio e agora é o Doutor Cristóvão Lopes, proprietário do Hotel Falésia, que agora é o representante da AHRESP. Portanto imediatamente falei com o senhor Presidente, que seria melhor não avançar com esta situação e conversarmos um pouco sobre isto para de alguma forma uniformizar e penso que isso para o futuro isso seja um princípio que nós possamos dialogar um pouco antes, não é preciso muito tempo provavelmente, dependerá dos assuntos com certeza que isto só vem a bem da organização". -----

Presidente da Assembleia: "Só para esclarecer que de facto, nós na altura seguimos o regulamento que estava em vigor. Presumimos que o regulamento do Conselho Municipal de Segurança estaria em condições, mas o mesmo não foi como deveria de ter sido alterado em dois mil e quinze e em dois mil e dezanove. Entretanto veio a pandemia, e o Conselho Municipal não reuniu desde dois mil e dezanove. Por todas estas circunstâncias verificamos em incongruência entre aquilo que é o regulamento do Conselho Municipal de Segurança que neste momento está em vigor e a legislação que é muito diferente. Com certeza Senhor Presidente, sempre que houver uma divergência estamos aqui para esclarecer. Muito obrigado."-----

Foi colocado a votação a continuação da sessão por ultrapassar as vinte e quatro horas e foi aprovado por maioria continuar a sessão.-----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta do Vice-Presidente, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à nova repartição de encargos do Concurso Público para "execução da empreitada de limpeza e desobstrução das linhas de água do concelho de Albufeira";---

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "Obrigada Senhor Presidente, após analisar a documentação do ponto dois, há que referir o seguinte, o relatório detalhada distribuição etapa quarenta, indica que o valor a considerar no ano de dois mil e vinte e dois, é de cento e quarenta e três mil e novecentos euros mais iva, contudo, na informação do departamento de infraestruturas, divisão de águas e saneamento, apresentada para o concurso público da execução da empreitada o valor da verba a ser gasta, no ano de dois mil e vinte e dois é de cento e oitenta e nove mil euros mais iva, ora, sabendo que a empreitada em vigor termina no mês de Agosto, o Chega pretende saber a que se deve esta diferença, a que se deve este aumento de quarenta e cinco mil e cem euros. Obrigado."-----

Presidente da Câmara: "Eu pedia à senhora, a engenheira Ana Paula é a técnica responsável por esta área, se o Senhor Presidente permite, para esclarecer esta situação."-----

Engenheira Ana Paula Claro: "Boa noite, não houve alteração absolutamente nenhuma no valor, o valor para dois mil e vinte e dois são de cento e quarenta e três mil e novecentos e para dois mil e vinte e três são de oitenta e um mil euros. Não houve aumento, houve um preço base e um valor da proposta, não houve aumento nenhum. Se calhar a divergência seria na informação de abertura, têm uma repartição de encargos com o tempo que decorreu o concurso essa repartição foi alterada, por isso é que veio à Assembleia, mas o valor total mantem-se, a repartição é que difere nos meses, mas os valores são os mesmos".-----

Luna Silva: "Obrigada Senhor Presidente. De facto, há ali uma diferença de valor, por isso é que eu questionei e relativamente ao mês, o que eu tenciono saber é, uma vez que a empreitada em vigor termina no mês de Agosto, porque é que o valor subiu de quarenta e cinco mil euros e cem euros".-----

Ana Paula: "O valor que vem à Assembleia, é de cento e quarenta e três mil euros e novecentos euros, para dois mil e vinte e para dois e para dois mil e vinte e três oitenta e um mil euros. O valor que estava na informação de abertura eu não tenho aqui, mas este valor de certeza que é inferior ao que estava na informação de abertura, porque na informação de abertura é o preço base e este valor é o preço da proposta adjudicada, portanto o valor tem que ser menor, eu não sei qual o valor que estava na informação de abertura. Em relação a terminar, já terminou um procedimento e este é o novo procedimento e há este desfasamento só em termos anuais, o que é que vêm este ano e

o que estava na informação de abertura, mais nada, precisamente porque o processo se atrasou".-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (01) Luna Silva.-----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (24), Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta do Vice-Presidente, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "execução da empreitada de reparação de roturas em condutas e ramais da rede de abastecimento de água do concelho de Albufeira-2022-2023", com o preço base de 290.000,00€ + IVA.-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Mónica Felix: "Gostávamos de ver esclarecido o seguinte: dado que o valor total da obra mencionada é de duzentos e noventa mil euros e para o ano de dois mil e vinte e dois está pedido o valor de cento e setenta e cinco mil euros, sendo que lá, que o remanescente seria de cento e quinze mil euros e não o valor de cento e vinte e um mil e novecentos euros para o ano de dois mil e vinte e três, dando assim um acréscimo mais ou menos de seis mil euros. A que se referem estes seis mil euros e quais as zonas que irão ser intervencionadas?"-----

Engenheira Ana Paula Claro: "As zonas que vão ser intervencionadas não conseguimos prever porque depende de onde houver uma rotura, é mesmo para situações urgentes, conforme houver as roturas é conforme vão sendo intervencionadas. Em relação novamente aos valores, o que vem à Assembleia é cento e setenta e cinco mil euros e



cento e quinze mil euros para dois mil e vinte e três e este valor não bate certo com o preço total?!"-----

Mónica Félix: "O que nós perguntamos é: o valor total é duzentos e noventa mil euros, do contrato, está definido para dois mil e vinte e dois utilizar cento e setenta e cinco mil euros, certo? Sendo claro que o que sobra para o ano de dois mil e vinte e três, seria de cento e quinze mil euros o que está ai nessa requisição, são cento e vinte e um mil euros e novecentos, é o que está ai, nos documentos que nos apresentaram." -----

Engenheira Ana Paula Claro: "Eu tenho estes valores, cento e setenta e cinco mil euros e cento e quinze mil euros, mas não tenho os documentos, pode ter sido um lapso". -----

Presidente da Assembleia: "Senhora engenheira agradecia que verifica-se os documentos. Nós iremos proceder à votação, solicitava á senhor Engenheira que depois fornecesse os elementos à senhora deputada Mónica Félix".-----

Leonardo Passo: "Boa noite, não percebi se a Mónica ficou esclarecida, porque estiveram a conversar aqui um bocado fora do microfone e gostava de saber o que foi definido, se realmente os valores já estão corretos ou não, para obviamente votar ou não em consciência." -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Boa noite a todos, eu estive a fazer as contas, em relação aos cento e quinze mil euros, os seis mil e novecentos que dá a mais é o valor do IVA, que é os seis por cento, é isso que está ai".-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (03), Mónica Coimbra, Carla Vieira, Luna Silva.-----

Votos a favor: vinte e cinco (22) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Presidente da Câmara: "Eu penso que os serviços terão que fazer uma correção desta situação porque isto não está claro, independentemente da aprovação, o valor onde está



cento e vinte e um mil euros, não deveria e estar cento e vinte e um mil euros, que dá perfeitamente para fazer agora estas contas, quando o senhor presidente da Junta da Guia veio precisamente afirmar isso, precisamente o IVA temos que falar sempre com a mesma linguagem, portanto esse valor deverá ser sempre corrigido."-----

Presidente da Assembleia: "O senhor Presidente já tinha proposto que a senhora engenheira fizesse essa correção, e enviasse depois aos membros da Assembleia Municipal. Muito obrigado".-----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à nova repartição de encargos do Concurso Público para "prestação de serviços de recolha, transporte de resíduos urbanos e limpeza urbana, no Município de Albufeira-Repartição de Encargos".-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: "Eu gostaria de pedir um esclarecimento, portanto, tendo presente na documentação que nos foi enviada, o parecer jurídico do doutor Paulo Martins, questiono se o Município irá receber alguma indemnização, alguma compensação resultante do provimento da ação que pelos vistos foi a nosso favor."-----

Presidente da Câmara: "Depois é que terá que saber essa situação, porque para já não temos esse conhecimento ainda. Foram três anos aqui perdidos aqui com a Justiça que não levou para a frente o problema, e agora segue-se a tal saga da assinatura do contrato e do envio para o tribunal de contas."-----

Carla Vieira: "Vai-me perdoar senhor Presidente, eu sou formada na área jurídica e qualquer decisão que seja favorável a uma das partes, se tiver direito, se a ação nos for favorável temos direito, se for esse o caso na decisão consta, se tivermos algum tipo de direito, naturalmente se foi pedida, se não foi, não temos, compreende a situação?"-----

Presidente da Câmara: "Compreendo perfeitamente e farei menção disso ao senhor consultor jurídico". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: um (01); Luna Silva. -----

Abstenções: doze (12) Francisco Oliveira; Inês Mendonça; Mónica Coimbra; Domingos Coelho; Leonardo Paço; Sílvia Dias; Carla Vieira; André Lima; Carla Madeira; Presidente



da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Votos a favor: onze (11); Adriano Ferrão, Raul Ferreira, Helena Simões, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luís Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água-----
Deputado Carlos Quintino estava ausente da sala.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Domingos Coelho apresentou e leu a declaração de voto. (Doc n.º7, anexo a esta ata).---

Luna Silva: "Na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Albufeira do dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e vinte e um, no ponto seis da ordem do dia votou-se o mesmo tema, apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal referente ao ajuste direto para prestação de serviços de recolha, transporte de resíduos urbanos e limpeza urbana, e serviços auxiliares no Município de Albufeira, de Janeiro a Fevereiro, com o preço base de oitocentos e onze mil e quinhentos euros mais IVA, à data, a deputada do Chega votou contra, justificando a sua declaração de voto, no valor elevado do contrato e na deficiência e má execução da limpeza urbana e recolha de resíduos da nossa cidade. O Chega mantém o mesmo entendimento que o leva a votar contra inconsonância com o já referido na Assembleia anterior e por se manterem inalterados os fatores que o justificam. Hoje e apesar da escolha do procedimento ser diferente, uma vez que em Dezembro se apreciou e deliberou um contrato de ajuste direto e agora apreciamos um contrato de concurso público, a verdade é que há uma incongruência que merece ser esclarecida, nomeadamente no valor do preço. Pois, se no concurso público o montante previsível da despesa do ano de dois mil e vinte e dois é de um milhão setecentos e seis euros e trinta e cinco cêntimos, como é que se justifica que em Dezembro se fez um ajuste direto de oitocentos e onze mil e quinhentos euros apenas para dois meses?! Obrigado".-----

Presidente da Câmara: "Quero informar a senhora deputada que uma coisa não tem nada, absolutamente a ver com a outra, enquanto em Dezembro se falava em dois meses e é um contrato é só para aquele fim e não obriga a aquisição de equipamento nenhum, este contrato é outro completamente diferente. Este contrato só está agora aqui a iniciar-se, ou irá se iniciar agora, porque o Tribunal só agora desenvencilhou o processo que estava em Tribunal, há três anos como disse, dando a razão constante por duas vezes á Câmara Municipal, porque aqui está investido todo o investimento que vai ser feito ou que não aconteceria com o anterior. A grande diferença é essa."-----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista nas alíneas o) e ccc) do n.1 do art.º 33º e da alínea j) do n.º1 do artigo 25.º do

Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente à proposta relacionada com os apoios logísticos pontuais às freguesias do Concelho; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Mónica Félix: "Estamos com algumas dúvidas e gostaríamos de saber que tipos de apoios pontuais e logísticos a Câmara Municipal irá dar às Juntas de Freguesias, porque o que vem aqui o que vem na documentação são coisas muito vagas e como é que vão atribuir esses apoios a cada Freguesia, existe algum critério definido?! Freguesia das Ferreiras tem X, Paderne tem X, qual é a quantidade, ou como é que funciona? Obrigada."-----

Presidente da Câmara: "Embora não estivesse no âmbito desta discussão que houve e nesta aprovação na Câmara Municipal, na altura eu estava doente, estava de baixa, isto quer dizer que isto é para aquelas situações, por exemplo, que tem acontecido agora ultimamente várias vezes, suponhamos que emprestamos cadeiras e mesas, é um apoio logístico, suponhamos que o pessoal da Câmara vai ajudar a montar um palco, que a Câmara há uns anos contribuiu para que cada Freguesia tivesse um palco. Foi com dinheiro transferido da Câmara para as Juntas de Freguesia que isso aconteceu. E agora cada Junta de Freguesia têm um palco para poder fazer, é a questão da montagem do palco. Portanto, todos esses pormenores, haverá aqui as licenças especial de ruído, é uma situação que as Juntas de Freguesia não pagam, os particulares já não acontece isso, nós não podemos isentar os particulares de licença especial de ruído, obviamente que não, só com alteração do regulamento, e podíamos que isentar todos, nós podemos isentar tudo desde que venha a Assembleia Municipal e deixar o regulamento para o efeito, portanto são mais ou menos essas, haver outras, não sei se alguém se lembra de outras, se se lembrarem de outras é só dizer. Surgiu pela dúvida, porque existe os contratos com as Juntas de Freguesia no âmbito das delegações de competências, competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia, existem os contratos inter administrativos, os contratos de execução, e há coisas que estão fora desses contratos. Evidentemente, se estas coisas todas, se houvesse a possibilidade e há sempre possibilidade, de programação antecipada e isso incluírem nesses contratos inter administrativos ou contratos de execução, evitava estar aqui. É preciso notarmos que são duas entidades autónomas, duas entidades diferentes, não são as mesmas entidades, atenção, em termos financeiros e económicas são autónomas e independentes uma da

outra. Independentes, havendo naturalmente aquelas de acordo com a Lei setenta e cinco, mas no fundo é isso, em termos genéricos é mais ou menos isto".-----

Leonardo Paço: "Boa noite, eu gostava que o Senhor Presidente me esclarecesse uma situação, esta situação não é uma competência desta Assembleia? É que eu tenho essa duvida e preciso de ser esclarecido, porque segundo me deu a levar a crer, pelo que e estava na documentação em anexo, é que esta era realmente uma competência que era desta casa, deste Órgão".-----

Presidente da Câmara: "Isto foi aprovado em reunião de Câmara precisamente para vir à Assembleia para deliberar esta mesma competência, digamos assim. Evidentemente, agora não sei, eu não fui ler o setenta e cinco, mas não estou a ver de cada vez que se quiser emprestar dez cadeiras a uma Junta de Freguesia, fazer vir aqui à Assembleia Municipal o empréstimo de dez cadeiras à Junta de Freguesia, sei lá, uma coisa desse tipo. Acho que não, acho que isso compete ao Órgão de gestão e à Assembleia Municipal estar aqui a dar, penso que que será assim." -----

Helena Simões: "Em resposta à solicitação do deputado Leonardo Paço, é uma competência municipal, compete à Câmara Municipal de Albufeira, sou sincera, nem sei tão pouco em excesso, a nosso benefício, que fazemos a fiscalização, em excesso isto virá à Assembleia Municipal com o compromisso que vem na parte final, em que se auto propõem com regularidade informar esta digníssima Assembleia dos apoios e a forma como esses apoios foram prestados."-----

Presidente da Assembleia: "Esta é uma competência que vem da Câmara Municipal, ou seja é proposta pelo executivo mas tem que ser validada pela Assembleia Municipal, e esse é que é o problema ou essa é que é a questão, por principio e sendo esta uma opinião pessoal tudo o que o que seja retirar poderes á Assembleia Municipal que já tem tão poucos, me leva a votar contra, por outro lado manter essas competências pode prejudicar as Juntas de Freguesia, podendo ser prejudicial para o normal funcionamento do órgãos autárquicos. O que se pede aqui, é que estas competências da Assembleia Municipal, sejam transferidas para o executivo que se propõe apresentar um relatório daquilo que foram os apoios pontuais dados nesse trimestre anterior. Eu como garante da Assembleia Municipal e dos poderes deste órgão, estou dividido porque na verdade, muitas vezes sendo muito formalistas podemos estar a prejudicar também as entidades, neste caso as Juntas de Freguesia e portanto eu deixaria esta nota e passo de imediato a palavra á Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira".-----

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos d'Água: "Boa noite a todos, eu li o que todos os deputados lerem e posso concluir o seguinte: quando nós os Presidentes de Junta organizamos um evento, e penso que todos só poderão perceber se passarem para o nosso lado, o que é que nós pedimos á Câmara Municipal?! Pedimos o som, que portanto será incluído nesses valores, pedimos eventualmente as barraquinhas, mas não pedimos, pelo menos da minha parte, não é pedido dinheiro, não são pedidos euros, são pedidos este tipo de apoio. É pedir o Beto, é pedir o som, se a Câmara tiver, é pedir as cadeiras se a Câmara tiver, as barraquinhas que a Câmara não tem, mas às vezes até aluga para nos ajudar. É isto, penso eu isto, penso eu, que ficaria bem e como diz o Doutor Francisco, não retiraria poderes, entre aspas, à Assembleia Municipal, porque o que pedimos é isto e pouco mais. E mais, já agora que estou aqui a falar gostava de vos dizer uma coisa: a Câmara Municipal entregou a cada Junta de Freguesia um palco, palco esse e falo pela minha Junta de Freguesia, atendendo à dimensão da mesma, palco esse que, deve de ser emprestado a todas as associações e montado pelos homens da Junta, porque se nós temos na nossa Freguesia, estou a falar de Albufeira e Olhos de Água, trinta, quarenta associações, eu não consigo que os operacionais façam as montagem do palco, apesar de eles estarem habilitados e terem formação para tal, se vou pedir a quem monte e desmonte, só para vocês terem uma ideia, são quatrocentos euros para montar e quatrocentos euros para desmontar e estou a falar das associações, ou seja, ou as associações pagam os oitocentos ou novecentos euros ou pagamos nós. Todas as semanas nós temos: monta palco, desmonta palco, monta palco. O palco é nosso, não é, foi emprestado, foi comprado pela Câmara Municipal e somos nós que assumimos tudo isto. Portanto, eu não estou aqui a pedir nada, mas se as associações depois pedirem algum apoio á Câmara Municipal, também isto não me surpreende, porque estamos a falar de vinte e três mil eleitores, falo por mim. E falo do palco que foi na minha opinião foi um presente envenenado. Envenenado porque atendendo ao número das associações e ao número de pedidos e nós não vamos dizer que não, quando temos ali o palco e foi para isso que nos deram. Boa noite."-----

Silvia Dias: "Aqui para questionar uma questão, estou aqui com dúvida e aqui os meus camaradas também. As Juntas de Freguesia em cada ano civil elaboram um plano de atividades, dão conhecimento á Câmara Municipal. Sim ou não? E se existem estes apoios logísticos, se existe critérios e vou dar um exemplo prático, por exemplo um equipamento de som para uma Junta de Freguesia A é um equipamento xpto top de gama e para uma

Junta de Freguesia Y é uma coisa mais fraca, mais reles, desculpem a minha linguagem, mas assim penso que seja mais fácil perceber".-----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Boa noite a todos, faço as palavras minhas as palavras da Dona Indaleta, é assim, eu acho que a Câmara tem que definir critérios nestas ajudas às Freguesias e eu passo já a explicar e posso explicar em termos práticos já deste ano, não é de outros anos é já deste ano. Há em Freguesias que a Câmara monta o palco, há outras que temos que ser nós a montar e nós ainda emprestamos o palco, que foi o caso agora aqui do motoclub que não tinha pessoal para montar, emprestei o palco e montou o palco a Junta de Freguesia de Albufeira. Mas sei que há Freguesias ou Freguesia que sei que é a Câmara a montar o palco, daí começa uma discrepância, e há lá qualquer coisa que não funciona, sei que desta vez e as vezes que pedi à Câmara e faço por ofício peço som, peço isto e peço aquilo, digam-me quando é que foi que estive um som nas Ferreiras da Câmara, um só, uma vez qualquer. Peço barracas, as barraquinhas, que a dona Indaleta acabou de falar, digam-me quando é que a Câmara montou lá uma barraca nas Ferreiras e são estas pequenas coisas, são pequenos apoios que nós temos de saber, deveria de haver critérios, porque senão nós começamos a ver os outros com festas e todos contentas e uma Freguesia a fazer festas e a suportar tudo e a ter uma série de custos superiores aos outros, desde policiamento e essas coisas todas, eu penso que, também haveria de haver critérios nesse aspeto, desde emprestar cadeiras, e essas coisas todas. Das vezes que eu pedi cadeiras, digam-me quando é que puseram cadeiras nas Ferreiras, uma vez só. Essas pequenas coisas que eu gostava de saber, mais nada, eu não tenho nada contra a Câmara Municipal, só tenho a agradecer, que nos ajudam muito e é graças à Câmara que nós conseguimos fazer as coisas, mas havia de haver um critério para esta matérias, deveria de haver um critério, era só isto que eu acho. Pronto está tudo dito."-----

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água: "Eu penso que houve aqui uma dúvida e como os visados foram os Presidentes de Junta, houve aqui uma dúvida de uma deputada, então há que esclarecer e ninguém esclarece melhor do que quem está no terreno, e não venham com coisas que percebem e entendem, só quem está lá é que sabe, portanto, nós Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, emprestamos o palco a todas as associações, por isso é que eu disse que era um presente envenenado, andamos nós e mais os nossos homens, se eles não vão, pagamos novecentos paus, cada montagem. É mais, para que conste, o som que tem sido utilizado nos nossos eventos:



Sea Fest, vinte e cinco de Abril, dia da família, que foi um sucesso e que ninguém aqui referiu, refiro eu agora, foi pago por nós ao Albino das Ferreiras".-----

Presidente da Assembleia: "Muito obrigado, senhora Presidente, por acaso o deputado Carlos Quintino já tinha referido o sucesso que foi e outros deputados também congratularam a Câmara Municipal".-----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Eu vou falar do palco, em relação ao que a minha colega falou, e bem, nós também temos esse problema, e já temos pedido várias vezes o apoio à Câmara Municipal para a montagem do palco, inclusive da última vez que nós Junta montamos, caiu um ferro, a um metro da minha cabeça, porque era eu que estava a montar com dois funcionários da junta, eu ia morrendo ali, porque nós não temos meios para montar e aquilo é bastante caro, a montagem. Este ano o que é que eu decidi, já que o dinheiro também é escasso montei há um mês atrás e vai ficar montado até ao final do verão para fazer as festas todas e assim já poupamos algum dinheiro. Mas é verdade, aquilo que o meu colega Jorge disse também é verdade, por vezes há coisas que, de um lado fazem uma coisa, se pedimos já não fazem, eu acho que tem que haver um equilíbrio, tem que haver um equilíbrio é por isso que nós aqui estamos, estamos todos aqui a trabalhar para o mesmo e é isso que nós queremos, umas Freguesias melhores e um concelho melhor para todos. Obrigado"-----

Domingos Coelho: "Eu quase que voltava era ao princípio, afinal há fundamentação ou não para este ponto, é que me parece que, às tantas, parece que não há fundamentação diríamos substancial para colocar este ponto aqui, porque se o que está aqui em causa são mesas e cadeiras e quem monta o palco, sinceramente acho que não há uma justificação para este ponto estar aqui. Obrigado"-----

Presidente da Assembleia: "Eu posso esclarecer, e se estiver errado alguém que me corrija, mas sendo esta uma competência da Câmara Municipal, que deverá propor mas que tem que se deliberado á Assembleia Municipal, nós não só temos que aprovar cada apoio, como temos que ratificar todos aqueles que já foram atribuídos anteriormente e, portanto, a Câmara Municipal e a Assembleia não estão aqui a agir de forma correta, porque não estão a aprovar o que já foi dado e a Câmara Municipal está a fazê-lo sem depois ter a deliberação da Assembleia Municipal. Foi nesse sentido que fiz a intervenção inicial, o facto de formalmente se retirar aqui um ponto em termos de competência da Assembleia, se isso não prejudicará o normal funcionamento das Juntas de Freguesia, pelo que irei abster-me, mas sempre com esta perspectiva de não querer

prejudicar o normal funcionamento das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal relativamente à concessão desses apoios. Muito obrigada".-----

Leonardo Passo: "Agora que já todos falaram do palco, eu venho aqui falar à palanque que a nossa colega Carla Madeira tanto pediu para que houvesse, para dizer que eu vou votar contra, pois tudo o que quer for retirar competências ao órgão Assembleia Municipal, não contem comigo".-----

André Lima: "Queria só tentar situar-me e perceber, queria tentar perceber se alguma vez se deixou de dar algum apoio por não existir esta delegação de competências, se deixou, se calhar é boa ideia manter aqui e a Assembleia Municipal começar a fiscalizar, se não deixou, então não tem problema manter como está, que é na Assembleia Municipal, vou referir o que o Leonardo disse, eu por principio vou votar sempre contra a algo que seja retirar os poucos poderes que Assembleia já tem, e neste caso fica já a minha declaração de voto."-----

Presidente da Assembleia: "Vou deixar aqui um apelo ao senhor Presidente e nomeadamente também à Junta de Albufeira e às várias Juntas, para mais uma vez lembrar que há uma situação de irregularidade referente a Albufeira e Ferreiras, quanto à questão dos IMI's e portanto apelava ao senhor Presidente para o mais rapidamente possível corrigir esta situação e que os valores que são devidos a Ferreiras, possam ser atribuídos em conformidade, porque há cerca de vinte anos que Ferreiras não está a receber aquilo que deve receber. É um apelo que deixo aqui, e pedia ao senhor Presidente, para caso ainda não esteja resolvido, para rapidamente resolver a questão. Muito obrigado"-----

Presidente da Câmara: "Esta questão dos apoios, eu não vou mais falar em apoios, não vou mais falar em palcos, evidentemente que cada Junta de Freguesia tem pedido as coisas mais diversas possíveis, não há aqui uniformidade. Essa uniformidade depende das necessidades ou das expectativas que cada Junta de Freguesia tem e não compete à Câmara estar aqui a fazer essas avaliações até já houve Freguesias que pediram verbas em dinheiro, isso é que não, posso já dizer isso que é verdade. Mas isso também não faz mal ao mundo dizer isso, mas a questão dos palcos de apoiar, apoiar ou não apoiar, isso é muito fácil, aliás até se poderia fazer aqui uma fórmula de matemática com logaritmos com essa coisa toda e aplicava-se a fórmula e estava tudo correto, agora evidentemente também não podemos á partida perceber, porque há situações que vão surgindo ao longo do tempo, há eventos que vão sendo feitos de acordo com a oportunidade que vão

surgindo, que se lembram, os planos de atividades alteram-se, os orçamentos revêem-se, enfim por essa razão é existe isso, nada disto é estático, a gente não pode começar desde o dia um de Janeiro a trinta e um de Dezembro a pensar a mesma coisa e não podemos fugir dali, isso é o calendário, o calendário é que tem os dias sempre no mesmo sitio, mas as outras coisas a gente ás vezes vai mudando, mas não vem mal ao mundo com certeza nisto. Vamos fazer aqui uma distribuição de apoios criteriosa com certeza e cumprir aquilo o que for aprovado aqui dentro, não há outra hipótese, é só."-----
Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: doze (12) Inês Mendonça; Domingos Coelho; Mónica Coimbra; Luna Silva, Leonardo Paço; Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, André Lima; Carlos Mendes, Carla Madeira; Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

Abstencões: quatro (04) Francisco Oliveira; Carlos Vieira; Secretária da Junta de Freguesia de Paderne; Presidente da Junta de Freguesia da Guia.-----

Votos a favor: nove (9) Adriano Ferrão, Raúl Ferreira; Carlos Quintino, Helena Simões, Dário Pereira, Luís Afonso, Cláudia Raimundo, José Vila Nova, Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi reprovada por maioria.-----

Presidente da Assembleia: Há no entanto uma coisa que temos que fazer nesta ou na próxima Assembleia, que é ratificar os apoios pontuais que já foram feitos até á presente data, porque cabe à Assembleia Municipal ratifica-los. Deve a Assembleia Municipal deliberar depois de proposta da Câmara Municipal.-----

Helena Simões: "Eu de ante mão peço gentilmente ao Presidente da Assembleia Municipal que peça um parecer jurídico, porque o meu entendimento não é consentâneo com o seu, esta é a primeira questão que eu gostaria de solicitar expressamente, que fizesse um pedido de apoio jurídico, até porque recordo que são vários os apoios cedidos, não só às Juntas de Freguesia mas a várias IPSS e instituições do concelho e que vão a sessão de Câmara e são ratificadas às vezes ou aprovadas para o futuro, esta é a primeira questão, a segunda questão, eu só espero não estarmos daqui a seis meses aqui todos, a ver os Presidentes de Junta aqui a queixarem-se, e legitimamente porque nada conseguem fazer. Terceira questão, eu acho que se calhar deveríamos marcar já Assembleias Municipais semanais, que é para conseguirmos acautelar que o expediente é tratado em tempo útil, porque digamos assim, já às vezes o público é o que é, se tem que ir à Câmara, depois da Câmara vem à Assembleia Municipal, nesta senda, peço encarecidamente o

parecer com caracter de urgência para que possamos eventualmente refletir com base nesse parecer".-----

Carlos Quintino: "A bancada do PSD/CDS, não deixa de estranhar que tenha havido presidentes de junta que tenham votado contra esta iniciativa da Câmara, que tudo indica, e não temos dados para não pensar assim, tinha por objetivo simplificar um procedimento logístico, e portanto, o que a minha colega de bancada disse é efetivamente verdadeiro o senhor Presidente vai ter que marcar muito mais Assembleias Municipais daqui em diante."-----

Carla Madeira: "Eu só queria deixar aqui, que pensassem, que até hoje nunca houve nenhum problema com estes apoios, as coisas normalmente são feitas com tempo, e senão são deveriam de ser, porque não é de uma semana para a outra que se organizam festas e não vejo problema quando basicamente temos assembleias quase todos os meses, até agora nunca houve esse problema, não sei porque é que se põe esse problema agora e se querem retirar poderes à Assembleia, que já são tão poucos retirarem mais".-

Presidente da Assembleia: "Respondendo a esta questão, naturalmente senhora Deputada, irei solicitar o parecer, aliás como é habitual em questões controversas que tem acontecido, solicitarei o parecer e com base no mesmo voltaremos ou não a esta Assembleia para esclarecer a questão. Devo de dizer que tenho este entendimento, que de factos assuntos tem que cá vir, como os anteriores teriam que ser ratificados, mas aguardemos então que venha o parecer para podermos esclarecer esta questão".-----

Helena Simões: "Em jeito de resposta, mas sem ser direta, nunca houve este tipo de intervenções na Assembleia Municipal, nunca veio a Assembleia Municipal os pedidos de apoio logístico, por parte das Juntas de Freguesia dirigidas à Assembleia Municipal, motivo pelo qual não se está a atribuir nem a retirar competências, nunca as houve, e nunca foram praticadas e nem nunca foram exercidas, nem tão pouco se está a retirar, até porque recordo que, recordo que, senão me falha a memória é trimestral o relatório do Presidente em que há todo uma epigrafe que é dedicada a todos os apoios logísticos, a todas as IPSS, Juntas de Freguesia, montagens de palcos, enfim, dizer que estamos a esvaziar de conteúdo algo que nós nunca tivemos, é no mínimo erróneo."-----

Leonardo Paço:" Não é em jeito de resposta, mas é para aqui de alguma forma dizer, que já aqui neste mandato fizemos aqui algumas coisas que depois viemos a ter que retificar, algumas delas, o ponto um da ordem de trabalhos de hoje, portanto, se calhar não fazíamos no passado porque estávamos a fazer mal".-----

Raúl Ferreira: "A noite vai longa e eu nunca pensei estar discutir aqui a esta hora da noite, palcos e cadeiras, e sinceramente eu penso que fui eleito deputado para discutir coisas mais importantes que não estas, penso que a simplificação é sempre benéfica para todos. Efetivamente também acho estranho, os Presidentes de Junta votarem contra esta proposta mas, há coisas que a explicação é difícil e o entendimento não é fácil".---

Presidente da Assembleia: "Eu queria só deixar aqui indicação, de que este assunto é da competência da Assembleia Municipal pelo que faz sentido o debatermos neste ponto. Se for da competência da Assembleia Municipal há que retificar aquilo que são as propostas que vêm da Câmara Municipal, nos temos do artigo vinte e cinco. Se assim não fosse, também não entendo a razão pela qual vem esta proposta de transferência de competências da Câmara Municipal à Assembleia. Eu irei pedir o parecer à ANAM que irá informar com base no seu entendimento".-----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de quota suplementar para o ano de 2022 - AMPV- Associação dos Municípios Portugueses do Vinho; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação da Moção apresentada pelo CHEGA, "Pelo Hospital Central do Algarve"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, isto traz-nos a um tema que é tema caríssimo a todos os Algarvios e que tem um partido que tem uma primordial importância neste tema que é o partido Socialista, eu recordo que a primeira pedra deste teórico e que nunca saiu sequer de um esquiço hospital, foi lançada pelo Engenheiro José Sócrates em dois mil e cinco, senão me falha a memória, e até agora aquilo que temos é uma mão cheia



de nada, por outro lado eu tive conhecimento também, no que diz respeito ao programa de estabilidade apresentado em Bruxelas o Governo do partido Socialista nem o inscreveu, e era nesse sentido também que na presença do digníssimo Deputado da Nação queria dizer essa menção e em termos de esclarecimento. Porque se efetivamente assim o for, se o partido Socialista nem sequer incluiu no programa de estabilidade apresentado em Bruxelas, estamos perante uma situação de que, os Algarvios estão a ser enganados, estão a ser enganados, vêm sendo enganado há uma série de anos e continuam a ser enganados pelo Governo do Partido Socialista nesta matéria, e portanto eu queria efetivamente apresentar essa minha indignação por aquilo que tem sido o consecutivo prometer do hospital central do Algarve, pelo Partido Socialista em inúmeros programas eleitorais, nomeadamente pelo atual Primeiro Ministro, desde dois mil e quinze, que foi a primeira vez que falou sobre este assunto, nomeadamente porque em dois mil e cinco, o Hospital central do Algarve estava incluído como sendo o número dois nas prioridades, já passaram uma série de anos, já muitos hospitais foram contruídos, continua-se a contruir hospitais e os Algarvios parece que são portugueses de terceira, para quem tem essa possibilidade de decisão. Para mim, isto é claramente uma opção politica que não está a ser tomada, não há neste momento nenhum indicador que nos diga que é por falta de alguma questão logística ou financeira e, sendo a verificar-se que, efetivamente é uma opção politica isto deveria de ser esclarecido aos Algarvios, deveria de ser esclarecido também aos Albufeirenses, e era nesse sentido que eu fazia esta intervenção, também intervenção barra pedido de esclarecimento ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que é também Deputado da Nação, tenho dito."-----

Domingos Coelho: "Obrigado Senhor Presidente, só colocaria aqui uma questão, o governo de Passos Coelho iniciou a obra?!"-----

Presidente da Assembleia: "Antes de passar ao Senhor Presidente para responder, não sei se quererá depois intervir, eu que normalmente não respondo a estas questões não posso no entanto deixar de prestar alguns esclarecimentos que julgo serem importantes para repor a verdade e esclarecer o senhor deputado. Acho que há aqui algumas questões que não analisou convenientemente pelo que se impões dar alguns contributos. De facto, o hospital esteve inscrito em dois mil e cinco e em dois mil e onze foi suspenso, foi suspenso pelo governo de Passos Coelho, e por uma razão muito simples, porque entenderam também tomar uma opção política. O que é que acontece?! Acontece que

nessa altura havia uma chamada PPP, ou seja, uma parceria pública ou privada que estava pronta a avançar e que ficou suspensa. Em dois mil e dezanove, e eu devo dizer em dois mil e dezanove, porque foi quando eu tomei conhecimento disto já na Assembleia da República, tudo foi feito para que essa mesma PPP fosse reinstalada e fosse reiniciada, e porquê?! Porque essa PPP implicava realmente a construção do hospital, só a construção, não a gestão privada, portanto era uma construção privada mas, passados e decorridos cerca de dez anos nós tínhamos um problema grave, que era o desajustamento do conteúdo funcional, ou seja a alteração da legislação implicou uma serie de outras regras que os hospitais teriam que ter face aquilo que era, em dois mil e cinco, quando ele foi aprovado inicialmente. Acontece que, desde dois mil e dezanove, nós tudo fizemos, não só os deputados do partido socialista, mas os deputados do PSD e de outras forças políticas que representavam o Algarve, no sentido desta situação ser resolvida. E esta situação estava mais ou menos resolvida em dois mil e vinte e um, quando o governo caiu porque se colocou porque o orçamento não passou. Depois tivemos um atraso de mais de dois meses porque entretanto houve um impugnação das eleições europeias que afinal acabou por dar mais um deputado ao PS, e a verdade é que em dois mil e vinte e um, ou seja em finais de dois mil e vinte e um, nós tínhamos preparado a questão do conteúdo funcional de forma a poder avançar com esta proposta. Quais são as duas propostas que aqui temos: ou conseguimos que esta PPP continue a avançar e com muito esforço nós conseguimos que o construtor que na altura estava adjudicado a esta obra em dois mil e dezanove, assumisse aquela mesma PPP com os valores que estavam definidos. Ou essa mesma entidade assume a PPP e ela continua, e é feita a construção com base no conteúdo funcional que conseguimos alterar, ou vamos ter que avançar com uma nova proposta, e essa nova proposta implicará pelo menos um concurso com mais dois ou três anos, com toda a burocracia que aqui está em causa. Para que o senhor deputado tenha consciência, os deputados do PS em trinta de Março, enviaram uma carta à senhora Ministra da Saúde, exigindo que o hospital do Algarve fosse uma realidade exatamente nos termos em que o programa do Governo assim o consagrou expressamente. Recebemos da senhora Ministra da Saúde uma resposta, que possa depois vos facultar, em quatro do quatro de dois mil e dois, que esse assunto estaria na ordem do dia e que iria ser resolvido, e temos neste momento em cima da mesa, em especialidade no orçamento uma proposta feita pelos deputados do PS para a integração de um artigo específico, que consagra a construção do hospital do Algarve, para não



haver duvidas, propusemos o artigo cento e oitenta e cinco A. A intenção é que este artigo seja integrado no orçamento de forma a que a construção do hospital do Algarve seja uma realidade, sendo estas são as diligências e tudo aquilo que foi feito. Devo dizer que comungo da opinião do senhor deputado, que os Algarvios não devem de ser de segunda, não são com certeza, eu não sendo natural no Algarve, já me considero um Algarvio, e tenho a noção de que o Algarve é de facto a região do País que mais longe de um hospital central. Nem Bragança é, porque Bragança tem o Porto, e está a cento e tantos quilómetros do Porto e Lisboa está a trezentos quilómetros. E gostaria que os senhores deputados, tivessem essa consciência e ouvissem as declarações do deputado Jorge Botelho à senhora Ministra da Saúde, aquando da intervenção em que a senhora Ministra foi questionada e a veemência com que a mesma foi apresentada. O hospital do Algarve, é para nós uma bandeira fundamental que incluímos no nosso programa eleitoral regional e no programa eleitoral nacional. Neste momento temos a proposta da inclusão no Orçamento de Estado desse mesmo artigo. Esclareço também o senhor deputado que, o partido socialista com certeza terá as suas responsabilidades, mas infelizmente não foi a única força politica com responsabilidades. Esta situação do hospital central, é algo que não acontece há cinco anos, há dez. Infelizmente, desde que eu estou no Algarve que ouço falar na necessidade da construção do hospital central, e que para todos nós é fundamental que essa construção ocorra. Muito Obrigado."-----

Carlos Quintino: "Com o devido respeito e agradeco desde já os esclarecimentos que prestou, não foi aqui minha intensão, até porque conheço relativamente bem o programa que os deputados do Algarve apresentaram, tive esse cuidado de ler aquando das eleições, aquilo que eu questionei foi uma postura a nível nacional por parte do partido socialista, que data de dois mil e cinco e que teve efetivamente uma intervenção de um governo do partido social democrata em dois mil e onze por questões que todos conhecemos, daquilo que era uma crise, que o PSD herdou vinda de quem governava e que todos conhecemos. É logico que, isto aqui não é sacudir responsabilidades, são só constatações, são só factos, o que é facto é que efetivamente é uma promessa antiga, é uma bandeira de ambas as candidaturas ao Algarve, não tenho duvidas absolutamente nenhuma disso, mas tem que haver na minha modestíssima opinião, e na opinião da bancada do PSD/CDS, mais alguma força por parte dos eleitos pelos Algarvios para perante o poder central conseguirem de uma vez por todas reivindicar aquilo que é absolutamente essencial para o Algarve e para o seu desenvolvimento".-----

Presidente da Assembleia: "Senhor Deputado, muito obrigado, agradeço a correção do seu discurso que é realmente importante, eu neste momento não o posso fazer mas, particularmente quando sair daqui mostrar-lhe-ei uma informação, não digo privada, mas confidencial relativamente ao esforço que estamos a fazer junto das mais altas entidades relativamente a esta matéria, para nós é uma bandeira o hospital do Algarve, e de facto todos lutamos nesse sentido desde, os deputados do Chega até aos deputados dos mais variados partidos que foram eleitos pelo Algarve. Estamos em consonância para que o hospital seja construído, e que seja contruído o mais rapidamente possível, esperemos, e ai eu digo, esperemos, que esta PPP possa ser realizada e de facto o atraso que houve levou a algumas dificuldades, porque se ela feliz ou infelizmente, pelas razões que sabemos, tivesse sido contruída em dois mil e onze, dois mil e doze, dois mil e treze não tínhamos a necessidade da refórmulação que tivemos em dois mil e dezanove, mas lhe garanto e lhe prometo e digo-lhe de coração que se há coisa que os deputados do Algarve neste momento lutam, é pela construção do hospital central. Muito obrigada".-- Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: um (01) André Lima -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luís Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

André Lima: "Boa noite novamente, como é obvio eu concordo completamente com o teor da moção, como Algarvio com Albufeirense, concordo com a declaração de voto que a minha bancada também tem para apresentar, mas isto não é uma questão do conteúdo, não é uma questão pessoal, é uma questão de principio e que nada tem a ver com a pessoa que aqui representa o Chega, até porque quem representa o Chega, segue basicamente uma cartilha que é imposta superiormente e esta parece-me que é apenas mais uma oportunidade para a deputada eleita cavalgar propostas de outros, para conseguir algum



protagonismo populista, dito isto, esta moção vem de um partido que continua a ser independentemente de ter mais expressão eleitoral, um partido unipessoal, um partido divisionista, um partido sectário e que continua publicamente a demonstrar essa postura de intolerância, já todos vimos os cartazes a dizer: A voz dos Portugueses bem, a voz dos Portugueses bem, é divisionista é sectário, com a fotografia do cabecilha, demonstra que continua a ser unipessoal, logo numa sociedade que nós queremos que se demonstre e continue a ser tolerante, não pode haver espaço para permitir este tipo de intolerância, porque se os tolerantes permitirem a intolerância esta acabará por ganhar, e acabará por se sobrepôr a tudo e continuo, neste momento ainda não estou preparado para normalizar um partido que tem mantém este tipo de postura, ai está a minha declaração de voto."-----

Luna Silva: "Apenas queria fazer um convite na minha pessoa, a todos os presentes aqui relativamente á organização de uma vigília feita pela distrital do partido Chega de Faro, que se encontra agendada para o próximo dia vinte e sete de Maio, das nove á meia-noite á frente do hospital de Faro. A vigília não é partidária, e visa apenas a criação de um impacto e de um apoio da população Algarvia, bem como de todos os que queiram juntar-se a esta nobre causa da construção do hospital central do Algarve."-----

Presidente da Assembleia: "Muito obrigada senhora deputada, já tinha havido essa referência pelo senhor, elemento que está no público, de facto o senhor Luís Pereira, eu gostaria só fazer uma pequena referência, eu não tenho um perspectiva fundamentalista das situações, eu lendo esta moção o conteúdo da mesma, eu assinaria vinda do PSD, vindo de qualquer outro partido, é uma moção que em nada, me choca e quero deixar aqui dizer que o facto de vir de A,B ou C, não me leva a ter posições de princípio, mas isso é a minha opinião pessoal e é nesse sentido que eu gostaria de deixar aqui esta mensagem, independentemente de posições de colegas meus de partido. Devo de dizer que, aquilo que são as minha convicções quer em termos políticos, quer em termos de modelo de sociedade, são antípodas das do Chega. Temos visões diferentes, mas isso não me leva a ter uma atitude radical e fundamentalista, e espero que o Chega também um dia mais tarde deixe de ter essa atitude radical e fundamentalista. Muito obrigado." -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação da constituição de uma comissão eventual de acompanhamento da revisão do PDM de Albufeira -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: "Já tinha sido falado na última Assembleia, e de facto houve aqui uma falha de comunicação, eu pensei que o senhor Deputado iria entregar, o senhor Deputado pensou que eu iria incluir, mas há cerca de dois dias (e por isso veio este segundo aditamento), o senhor Deputado teve a amabilidade de me ligar e me lembrar desta questão e eu incluí naturalmente porque tinha sido nosso compromisso a inclusão desta matéria, até porque é uma matéria que interessa a todos, e que diz respeito ao Partido Socialista temos vindo a ser pedido estas informações ao longo tempo. Nesse sentido gostaria e antes de colocar à votação, colocar o ponto à discussão."-----

Carlos Quintino: "Senhor Presidente, digníssima Assembleia, como primeiro proponente desta proposta que vem da bancada do PSD/CDS, embora não conste, efetivamente que é da bancada do PSD/CDS da adenda que fez, queria realçado nesse sentido para quem nos faz ouvir, e também independentemente de ter feito essa apresentação na última Assembleia, para quem nos está a ouvir aqui ou em casa, que não tenha ouvido, queria efetivamente fazer, novamente a proposta, ler a proposta, para saibamos todos bem aquilo que é o seu conteúdo. Neste sentido, trata-se de uma proposta da constituição de uma comissão de acompanhamento da revisão do PDM de Albufeira, e começa da seguinte forma: alteração do PDM reveste-se de uma focal importância para o desenvolvimento estratégico futuro de todo o Concelho de Albufeira e para os seus Municípios, trata-se de um documento técnico, mas que deve de ser elaborado com base em opções políticas, que deve contribuir para a reorganização do território e também para a futura prosperidade do Município e dos seus municípios. Para a sua melhoria geral da qualidade de vida, devendo na sua elaboração se pautar por uma clara imparcialidade de análise. A bancada do PSD/CDS entende assim, que as reais expectativas da população em relação a esta revisão do PDM, em curso ficarão melhor representadas com a existência de uma comissão de acompanhamento proveniente desta digníssima Assembleia Municipal, e propõe neste âmbito a criação de uma comissão de acompanhamento do PDM, composta de um Deputado Municipal por bancada e um suplente, que terá como objetivo analisar a montante propostas provenientes dos técnicos municipais e respetivo gabinete privado de análise, sobre esta revisão e acompanhar e fiscalizar a sua realização."-----

Domingos Coelho: "Obrigado Senhor Presidente, o PS acompanha de forma cabal esta iniciativa do PSD, aliás não sendo de outras intervenções, sugestões e até pedidos de



alguma documentação. Só para recordar o Senhor Presidente da CMA, na última Assembleia solicitei que me fosse disponibilizado o relatório do diagnóstico do PDM, já elaborado, já feito e só para lembrar que, enfim que eu estou à espera.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25); Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Presidente da Assembleia: “Solicito que cada força política indique dois elementos, um elemento e um suplente, por cada bancada para composição desta comissão, o mais rapidamente possível de forma a que os serviços possam depois constituir a comissão e marcar uma primeira reunião para se fazer um regulamento no sentido do funcionamento da mesma. Muito obrigado.”-----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 01:28 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 18 de Maio de 2022 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

De: carlosacoelho@sapo.pt
Enviado: 17 de maio de 2022 18:34
Para: Assembleia Municipal de Albufeira
Assunto: Estradas

Exmº Sr Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira
Exmº Sr Presidente da Câmara Municipal de Albufeira
Exmºs senhores deputados da AM

Por impossibilidade de participar presencialmente na reunião desta Assembleia, venho deste modo apresentar o seguinte:

Informar e agradecer ao executivo da Câmara Municipal na pessoa do Sr Presidente, a reparação do Semáforo bem como a colocação dos pinos na AM 526 junto do cruzamento com a R. da Escola Velha na Patã de Baixo , Olhos de Água. Contudo falta concluir a restante colocação dos pinos no mesmo cruzamento, bem como as almofadas na estrada.

É que algumas vezes, faz-se metade e depois fica esquecido.

Esta parte do serviço, minimizou em metade as velocidades e ultrapassagens indevidas naquele local, criando melhor segurança na travessia dos peões, alunos da escola de Vale de Carros, aos residentes na zona, bem como a outros.

O semáforo tem que ser ajustado no que diz respeito ao disparar a quando o excesso de velocidade, porque acontece que quando cai para o sinal vermelho, já a viatura passou, o que subentende-se que está a disparar com pouca margem de segurança.

Na denominada Estra de Olhos de Água, entre a rotunda do Pinheiro e o restaurante Laranjal, há subpressão (abatimento) na estrada em 3 locais, o que é muito perigoso para o fluir do transito, podendo causar acidente até com gravidade, por exemplo em motociclistas.

Esta estrada foi intervencionada ainda não fez um ano, e penso que a empresa que executou os trabalhos, deve ter um prazo de garantia, para qualquer anomalia.

Se assim for, deve a Câmara actuar junto da empresa o mais rápido possível , por forma a reparar o local. Sugeriria que não fizessem remendos como o que está na rotunda do pinheiro que fica muito mal numa obra ainda bem recente.

Sem outro assunto, desejo a continuação de uma boa reunião, e proveitosa para o Concelho.
Com os melhores cumprimentos
Carlos A Coelho



De: carlosacoelho@sapo.pt
Enviado: 18 de maio de 2022 12:14
Para: Assembleia Municipal de Albufeira
Cc: Drª Carla Vieira AP; Monica Felix AP
Assunto: Atropelamento EM 526 Pata de Baixo

Exmª Srª Luisa Alambre

Pedia o favor de acrescentar mais um ponto na minha exposição que é o seguinte:

Hoje dia 18 de Maio pelas 10h40, deu-se precisamente um acidente de viação (atropelamento) uma mota com um peão que atravessava a estrada, junto à paragem dos autocarros, junto ao cruzamento com a rua da escola velha, sito em Patã de Baixo EM526, precisamente onde falta concluir a colocação de pinos e as referidas almofadas na estrada, por forma a obrigar a circulação dos veículos em marcha reduzida.

Para permitir o atravessamento da estrada, em segurança, deviam ser colocada mais uma passadeira nesta zona entre a mercearia da Aldina e o cruzamento, mais concretamente junto à paragem dos autocarros sentido Albufeira / Ponte do Barão, dado que com a saída de passageiros, tem a tendência de atravessar de imediato a estrada para o local oposto, uma vez que para usarem a única passadeira junto ao semáforo, têm que atravessar a rua da escola velha e depois usarem as passadeiras junto aos referidos semáforos.

A velocidade da mota era considerada excessiva para as condições do local, mas isto é com todos os veículos e a toda a hora.

Com os melhores cumprimentos
Carlos A Coelho

**Parecer DJC**

Na sequência das etapas antecedentes, bem assim como da análise das demais distribuições existentes relacionadas com a presente (distribuições SGDCMA/2021/36315; 2021/37863; 2021/53732; 2021/81741; 2021/53266; 2021/60181; 2021/72141; 2021/74718; 2021/78029) e, após reunião ocorrida a 16/12/2021 com a Sra. Vereadora Cláudia Guedelha e os Senhores Daniel Saúde e o Mandatário Dr. Paulo Garcês (igualmente Requerentes, para além da ora Requerente, no âmbito de algumas das demais distribuições supra indicadas) cumpre, na presente, informar o seguinte:

Vem a ora Requerente, na qualidade de entidade exploradora do empreendimento turístico do tipo aldeamento turístico (cfr. al. b), nº1 do artigo 4º e artigo 13º do Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos - Decreto-Lei nº 39/2008, de 7 de março), "Ponta Grande Resort", solicitar informação sobre a possibilidade de colocação de contadores de água individuais nas frações existentes no empreendimento.

Verifica-se do teor da documentação analisada, no que para o presente importa relevar, nomeadamente, do "título constitutivo da composição do Aldeamento Turístico Ponta Grande Resort" que, o empreendimento turístico é "*constituído por um conjunto de instalações independentes e contíguas*" (cfr. o seu artigo 2º), composto por "*frações imobiliárias, correspondentes a unidades de alojamento e a instalações e equipamentos de exploração turística; instalações, equipamentos e serviços de utilização turística de uso comum; infra-estruturas urbanísticas*" (cfr. nº1 do seu artigo 4º). Resulta igualmente da demais documentação apresentada pela ora Requerente que, as unidades de alojamento do empreendimento turístico constituem-se como frações autónomas (cfr. nº2 do artigo 52º do diploma legal supra mencionado).

Ora, atenta a questão objeto do presente Parecer, urge mencionar, no que à possibilidade de instalação de contadores individuais respeita que, compete à entidade gestora (*in casu*, o Município de Albufeira), a gestão (nomeadamente) dos sistemas de abastecimento de água e, como tal, definir os contadores a instalar nas redes prediais, os quais devem ser adequados às características do local e ao perfil do consumidor. O nº2 e 3 do artigo 66º do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto, reconhece esta discricionariedade técnica à entidade gestora.

Nestes termos, atento o supra exposto, somos de parecer que, salvo melhor entendimento, do ponto de vista estritamente jurídico, nada obsta ao deferimento da pretensão da ora Requerente, sempre se fazendo constar que, se nos afigura passível de deferimento, apenas em relação às frações cujos seus proprietários não afetem a sua unidade de alojamento à exploração.

Para tal, somos igualmente de parecer que, deverão os serviços competentes desta Edilidade aferir qual a melhor solução, do ponto de vista técnico, a conferir à presente, tendo em conta as características do local e o perfil do consumo do utilizador podendo, para o efeito, caso assim se entenda necessário, proceder a inspeção ao local (cfr. artigo 56º do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água do Município de Albufeira), por forma à verificação de solução técnica adequada à prossecução da salvaguarda da conformidade e integridade do sistema predial de distribuição de água acautelando, nesse sentido, as previsões legais emanadas, nomeadamente, do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto (cfr. decorre do artigo 5º do Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos).

No mais, considerando o teor dos Requerimentos igualmente apresentados no âmbito das diversas distribuições supracitadas, somos apenas de concluir que, a matéria aí trazida à colação se trata de matéria a dirimir *inter partes* (no âmbito, nomeadamente, das disposições resultantes do título constitutivo e do "Regulamento de Administração"), cuja competência para pronúncia e decisão não pertence a esta Câmara Municipal, sempre se devendo contudo, ressaltar que, nos termos, nomeadamente, do Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos, cabe à entidade gestora a prestação do serviço de fornecimento de água e, conseqüentemente, a cobrança pela prestação de tal serviço, bem assim como, a interrupção de tal serviço, nos termos das disposições legais constantes no último Regulamento supra indicado e, nas decorrentes do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água do Município de Albufeira.

É tudo quanto, do ponto de vista jurídico cumpre, na presente, informar.
À sua consideração.

Doc. n.º 3

Parecer da Chefe da DPUAI – distribuição 2021/37863 - Etapa 40)

Cumpre informar o seguinte:

- a) Compulsados os elementos constantes do processo de obras particulares n.º 6T/89, constata-se a emissão, em 3 de fevereiro de 1999, do "alvará de licença de utilização turística n.º 58/99", destinado a titular a utilização de um empreendimento turístico, designado por "Ponta Grande Resort", na modalidade de "aldeamento turístico", situado em Sesmarias, Albufeira;
- b) Trata-se, assim, de um empreendimento turístico composto por várias fracções imobiliárias, em propriedade plural, constituído ao abrigo do regime (à data, vigente) constante do Decreto-Lei n.º 167/97, de 04 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 55/2002, de 11 de março, posteriormente, revogado pelo Decreto-Lei n.º 39/2008, de 07 de março;
- c) Consta, igualmente, daquele processo, o comprovativo de ter sido deferido, pelo Turismo de Portugal (à data, Direcção-Geral do Turismo) o pedido de "depósito do título constitutivo da composição do Aldeamento Turístico Ponta Grande Resort, nos termos do n.º 4 do art.º 46.º do Decreto-Lei n.º 167/97, de 04 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 55/2002, de 11 de março";
- c) Ora, não obstante aquela sucessão de regimes, é nosso parecer que a situação *subjudice* deve ser analisada e apreciada à luz do regime que vigorava à data da constituição do respetivo aldeamento turístico. Senão, vejamos o que preceitua a norma transitória constante do n.º 12 do art.º 75.º do (vigente) Decreto-Lei n.º 39/2008, de 07 de março (que consagra o actual regime jurídico dos empreendimentos turísticos), a saber: "os empreendimentos turísticos em propriedade plural existentes à data da entrada em vigor do presente decreto-lei mantêm o regime de exploração turística previsto na legislação vigente aquando do respetivo licenciamento, salvo se, por decisão unânime de todos os seus proprietários, se optar pelo regime de exploração turística previsto no presente decreto-lei";
- d) No empreendimento em análise, não temos conhecimento de ter sido proferida a referenciada decisão unânime, suscetível de motivar a aplicação do novo regime jurídico (circunstância que acarretaria, nomeadamente, a alteração do título constitutivo); termos em que o entendimento que se firma com o presente parecer tem aquela inexistência como pressuposto;
- e) E a questão atinente ao regime aplicável reveste-se de importância no contexto seguinte:
De acordo com o disposto no anterior Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 167/99, de 4 de julho (alterado, por último, pelo Decreto-Lei n.º 54/2002, de 11 de março), distingua-se entre o regime das unidades de alojamento afectas à exploração turística (que o proprietário poderia ocupar por um período máximo de 90 dias anuais) e o regime das unidades de alojamento desafectadas dessa mesma exploração (que poderiam ser ocupadas de forma permanente).
- De acordo com este Regime (que, até ver, colherá aplicação ao caso concreto) encontrava-se estabelecida a possibilidade de certas unidades de alojamento serem



retiradas da exploração dos empreendimentos turísticos, sendo que - nos termos do disposto no artº. 27º. do Decreto Regulamentar nº. 34/97 - nos aldeamentos turísticos, pelo menos 50% das unidades de alojamento deviam ser afectas à exploração turística do empreendimento.

Note-se que - com a ressalva de que não nos cabe fazer aqui uma explanação exaustiva do constante daquele revogado regime - cumpre referenciar que, à luz daquele, as unidades de alojamento que fossem retiradas da exploração de um empreendimento turístico não podiam ser objecto de outra exploração turística ou não, comercial, ou outra; ficando os proprietários a ser responsáveis pelas despesas relativas às suas fracções.

O actual RJET (constante do enunciado Decreto-Lei nº. 39/2008) deixou de prever a possibilidade de retirada de unidades de alojamento da exploração turística do empreendimento, consagrando expressamente o princípio da exploração permanente das unidades de alojamento de todos os empreendimentos turísticos; devendo a entidade exploradora assumir a exploração continuada da totalidade das unidades, ainda que estas se encontrem ocupadas pelos respectivos proprietários (artº. 45º. do actual Regime).

Tudo isto para dizer que (segundo nos parece) no empreendimento turístico em análise (e por gozar da aplicação do Regime anterior) poderão co-existir unidades afectas à exploração turística e fracções retiradas dessa exploração; sempre recaindo sobre a entidade exploradora e administradora do aldeamento controlar se a utilização do empreendimento continua a ser preordenada para a sua utilização turística e se esse fim não se encontra desvirtuado.

Em face do exposto e tendo em conta a matéria questionada, somos do parecer seguinte:

A pretensão assenta num pedido de colocação de contadores individuais de abastecimento de água, em cada uma das fracções autónomas que compõem o empreendimento turístico.

I - O requerido poderá não apresentar qualquer inconveniente legal que lhe seja oponível, apenas e tão-somente no que concerne às fracções imobiliárias que (legitimamente e em observância do respectivo título constitutivo) se encontrem retiradas da exploração turística. Neste caso, inexistirá qualquer fundamento legal para que se denegue, ao respectivo proprietário, a celebração de contrato de fornecimento de água. Sendo certo que impenderá sobre o requerente fazer prova bastante da verificação daquela circunstância (a saber: que a fracção imobiliária de que é proprietário se encontra - licitamente - retirada da exploração turística).

Uma vez mais se ressalva que sempre impenderá sobre a entidade exploradora/gestora do empreendimento controlar se a utilização do aldeamento turístico, no seu todo e na sua integralidade, continua a ser preordenada para a sua utilização turística, não se encontrando aquele concreto fim desvirtuado.

II - Quanto às fracções imobiliárias que se encontram **permanentemente sujeitas ao regime de exploração turística**, quer-nos parecer que os respectivos **proprietários** (ainda que as ocupem) **carecem de legitimidade para formular esses pedidos**; porquanto e atento no Regime aplicável, impende sobre aqueles algumas restrições e limitações ao uso das unidades de alojamento, não lhes



sendo, nomeadamente, possível desenvolverem acções ou celebrarem contratos que, de alguma forma, sejam susceptíveis de comprometer o uso turístico das frações. A título meramente exemplificativo (mas que nos parece suscetível de ser esclarecedor), não poderemos deixar de conjeturar o seguinte: a celebração de contrato de fornecimento de água com cada um dos proprietários das frações autónomas afectas à exploração turística poderia - em abstrato - comprometer o uso turístico e a exploração do empreendimento, no seu todo; no caso de eventuais incumprimentos contratuais dos visados (por exemplo, caso os proprietários não assegurassem o pagamento atempado dos consumos, com os consequentes e inerentes cortes de fornecimento); vicissitudes que, dessa feita, a entidade exploradora não poderia nem obviar, nem controlar e que - forçosamente - inquinariam a exploração do empreendimento.

Note-se que, por força da lei, recai sobre a entidade administradora do empreendimento o dever de cobrir todas as despesas de manutenção e funcionamento do empreendimento turístico, sem as quais o mesmo não pode laborar (incluindo as respeitantes às unidades de alojamento que se encontrem afectas à exploração); cujos inerentes encargos faz refletir na prestação periódica devida pelos proprietários.

Donde ressalta, igualmente, a conclusão de que tais inconvenientes e objecções resultariam dissipados se os contratos de fornecimento de água para cada uma das frações imobiliárias forem titulados pela entidade exploradora do empreendimento.

Desta feita, o que se quer dizer é que - no nosso modesto entendimento, ressalvado melhor e mais duto parecer - a colocação de contadores de água individualizados em cada unidade de alojamento não apresenta *de per se* inconveniente legal; desde que se encontre devidamente garantido e assegurado que, com aquela autonomização de fornecimentos, a unidade do empreendimento, o uso e a afectação turística que lhe estão confiados não resultam inquinados, nem tangidos; premissas que devem estar verificadas e salvaguardadas e devem ser objecto de análise e ponderação, aquando da decisão a proferir sobre esta matéria.

É quanto cumpre informar, pelo que se remete à consideração superior,



Doc. n.º 4

De acordo com o previsto no artigo 56º do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água em vigor, no dia 16 de Fevereiro de 2022 foi efetuada inspeção à rede Predial do empreendimento turístico Ponta Grande Resort, contrato de abastecimento de água em nome de Dequattro Resorts e Residences, SA., tendo sido os técnicos da Divisão de Águas e Saneamento do Município de Albufeira acompanhados por um representante da empresa Dequattro Dequattro Resorts e Residences, SA.

Foi verificado que a rede predial não se encontra em condições de instalação de contadores individuais visto que o empreendimento é abastecido por um contador geral, não existindo um ramal por cada fração. A existência de local para colocação de contadores para as frações não viabiliza a referida colocação tendo em conta que a rede predial se encontra ligada à rede pública por um único ramal. Para abastecimento das frações teriam que ser executados ramais para cada uma.

Encontra-se estabelecido no nº2 do Artigo 26º do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água do Município Albufeira, em vigor, (RMAAMA) que as canalizações que têm início a partir da torneira de corte são designadas por interiores, por oposição às canalizações da rede geral de distribuição e aos ramais de ligação que se consideram canalizações exteriores.

A responsabilidade do Município de Albufeira termina no limite do prédio ou na válvula de seccionamento do ramal, ponto a partir do qual a rede de abastecimento é interior.



Relativamente ao exposto, no que à DAS diz respeito, encontra-se em anexo auto da inspeção realizada a 16 de Fevereiro de 2022, sendo que no ofício enviado ao Dr. Paulo Garcês a 27 de abril, foi transcrito:

“De acordo com o previsto no artigo 56º do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água em vigor, no dia 16 de Fevereiro de 2022 foi efetuada inspeção à rede Predial do empreendimento turístico Ponta Grande Resort, contrato de abastecimento de água em nome de Dequattro Resorts e Residences, SA., tendo sido os técnicos da Divisão de Águas e Saneamento do Município de Albufeira acompanhados por um representante da empresa Dequattro Dequattro Resorts e Residences, SA.

Foi verificado que a rede predial não se encontra em condições de instalação de contadores individuais visto que o empreendimento é abastecido por um contador geral, não existindo um ramal por cada fração. A existência de local para colocação de contadores para as frações não viabiliza a referida colocação tendo em conta que a rede predial se encontra ligada à rede pública por um único ramal. Para abastecimento das frações teriam que ser executados ramais para cada uma. Encontra-se estabelecido no nº2 do Artigo 26º do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água do Município de Albufeira, em vigor, (RMAAMA) que as canalizações que têm início a partir da torneira de corte são designadas por interiores, por oposição às canalizações da rede geral de distribuição e aos ramais de ligação que se consideram canalizações exteriores. A responsabilidade do Município de Albufeira termina no limite do prédio ou na válvula de seccionamento do ramal, ponto a partir do qual a rede de abastecimento é interior.”

Informa-se ainda que a primeira inspeção encontrava-se agendada para dia 2 de Fevereiro com a Dequattro Resorts e Residences S.A, entidade com quem o Município possui contrato de abastecimento de água. Não foi efetuada inspeção à rede de abastecimento por ter comparecido um Sr. de nome Daniel Saúde, que se intitulou como representante de proprietários e insistiu



para acompanhar à inspeção à rede. O representante da Dequattro Resorts e Residences, SA, o administrador, António Rosado, recusou-se a acompanhar a inspeção com a presença do Sr. Daniel, pelo que a mesma não foi efetuada. Foi efetuada nova inspeção dia 16 de fevereiro de 2022.

Na exposição em anexo é ainda solicitado nova inspeção à rede para "eliminar o contador conjugado de água.". O contador referido diz respeito ao contrato existente em nome de Dequattro Resorts e Residences S.A , efetuado no ano 2000 (em anexo). Mais se informa que o mesmo foi substituído a 3 de Maio de 2022 no seguimento da audiência do público em Reunião de Câmara, em que foi informado pelo Município Daniel Saúde a possível existência de água não contabilizada. Foi ainda colocado uma contador na rede de incêndios , para despiste de que qualquer consumo tivesse a ser efetuado pela referida infraestrutura. À data de 12 de Maio de 2022 o contador para a rede de incêndios não apresenta consumo e o contador que serve o empreendimento turístico teve 147 m3 de consumo.

Doc. n.º 6



Parecer da Chefe da DPUAI – distribuição 2022/28267 – etapa 6)

Notificado do teor do nosso antecedente parecer proferido sobre a matéria (datado de 01/04/2022), vêm os exponentes pronunciar-se em relação ao constante daquele, pelo que cumpre informar o seguinte:

a) Analisado o processo de obras particulares n.º 6T/89, verifica-se que, em 3 de fevereiro de 1999, a Câmara Municipal emitiu o "alvará de licença de utilização turística n.º 58/99", destinado a titular a utilização de um empreendimento turístico, designado por "Ponta Grande Resort", na modalidade de "aldeamento turístico", situado em Sesmarias, Albufeira;

b) Atento na data daquele procedimento, o título referido foi emitido ao abrigo do regime jurídico constante do Decreto-Lei n.º 197/97, de 04 de julho (alterado pelo Decreto-Lei n.º 55/2002, de 11 de março, posteriormente, revogado pelo Decreto-Lei n.º 39/2008, de 07 de março). Reitera-se aqui tudo quanto já se disse em anterior parecer jurídico de 01/04/2022 (etapa 40) da distribuição SGDCMA/2021/37863), no sentido de se aplicar este regime (já revogado) à situação em apreço;

c) Tal como já, igualmente, referimos naquele citado parecer jurídico, trata-se de um empreendimento turístico composto por várias fracções imobiliárias, em propriedade plural. Consta daquele processo de obras, o comprovativo de ter sido deferido, pelo Turismo de Portugal (à data, Direcção-Geral do Turismo) o pedido de "depósito do título constitutivo da composição do Aldeamento Turístico Ponta Grande Resort, nos termos do n.º 4 do art.º 46.º do Decreto-Lei n.º 167/97, de 04 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 55/2002, de 11 de março".

Desta forma, foi - àquela data - atribuída a **classificação definitiva do empreendimento**; pelo que - refutando-se o que é alegado pelos exponentes - não terá (quanto a nós) **operado a caducidade do título** (prevista na alínea d) do n.º 1 do art.º 33.º daquele citado diploma legal).

Tanto mais que, consultado o Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos (invocado pelos próprios exponentes) constata-se que aquela classificação definitiva terá sido mantida como tal até ao passado dia 10 do mês de março de 2022 (cfr. documento que se anexa).

d) Importa, então, agora indagar, junto do competente Turismo de Portugal, qual a actual situação daquele procedimento de classificação de empreendimento turístico - o que, desde já, se promove que seja feito por esta Edilidade; tendente a apurar se foi requerida a renovação daquela classificação turística ou não.

É quanto nos compete informar, face ao parecer jurídico que já se emitiu sobre o assunto - e cujo demais teor aqui se reitera - face ao que ora é alegado pelos exponentes.

À consideração superior,



2



Relativamente ao ponto 4 da Ordem do Dia e na sequência de sugestões aduzidas ao longo da discussão e aprovação do contrato em causa, a bancada do PS apresenta agora os seguintes considerandos:

- 1) A recolha pelo sistema de porta à porta não foi opção. Esta pratica permitiria uma melhor seleção e recolha dos resíduos sólidos, tal como potenciaría uma melhor higiene do espaço público;
- 2) Com o montante em causa, mais de 42 milhões de euros, espera-se que todo o sistema de recolha e seleção de resíduos e higiene melhore de forma substancial, face às péssimas condições existentes atualmente;
- 3) Estruturalmente, só um modelo de gestão assente numa empresa municipal especializada permitiria uma substancial melhoria neste setor tão decisivo para um concelho que vive do turismo;
- 4) Cá estaremos para fazer um balanço em tempo oportuno.

Face aos considerandos apresentados mas também à necessidade urgente de assegurar a melhoria da higiene e limpeza do concelho, o PS abstém-se neste ponto da Ordem do Dia.

Assembleia Municipal, 18 de Maio de 2022

A bancada do Partido Socialista